

Lições Político-Estratégicas  
do Outono Francês

# À luz do legado esquecido de Leon Trotsky na França

por JUAN CHINGO



## INTRODUÇÃO

Durante pouco mais de dois meses, a França, país que é a quarta maior potência imperialista no mundo, foi sacudida por um movimento de massas cuja profundidade e amplitude não possuem paralelo desde 1968. Foram oito dias de mobilizações massivas de desempregados que convocaram um grande número de outras pessoas nunca antes visto nas ruas<sup>1</sup>. Greves direcionadas em alguns setores estratégicos – como dos trabalhadores das refinarias, dos portos, dos depósitos e dos ferroviários da SNCF<sup>2</sup> – além dos trabalhadores de coletividades locais; inúmeros piquetes de empresas, lugares públicos e depósitos petroleiros protagonizados por trabalhado-

1 Os números mais altos de 1995, da luta contra o CPE (Contrato de Primeiro Emprego), das primeiras mobilizações contra a crise em 2009 foram superados ao menos três vezes. Foram cinco ou seis jornadas nesse tempo que alcançaram os níveis mais altos dos últimos 30 anos (por volta de um milhão para a polícia e três milhões para os sindicatos) e por último, segundo cálculos, entre 5% e 15% da população ativa participaram nas manifestações obtendo um apoio de aproximadamente 70% da população.

2 Sistema Nacional de Caminhos de Ferro, o sistema ferroviário francês. (N. T.)

res; ativistas solidários, a irrupção explosiva dos estudantes secundaristas e de uma pequena vanguarda universitária comoveram a vida política.

O “outono quente” francês testemunhou, por um lado, as experiências da classe trabalhadora francesa durante o ciclo da luta de classes que se abriu com os acontecimentos de 1995, e que foi até o começo da crise econômica, marcando um ponto de inflexão na resistência à ofensiva neoliberal na França e em nível mundial. Mas, a novidade deste acontecimento estava na combinação de componentes dos diversos marcos da luta de classes<sup>3</sup>, agregando todas as categorias de trabalhadores, incorporando pela primeira vez em anos um forte contingente de trabalhadores do setor privado<sup>4</sup>. Por outro lado, é preciso notar a entrada de setores mais amplos da juventude, não só os de 16 a 23 anos (isto é, a juventude secundarista e universitária que havia se manifestado no ciclo anterior da luta de classes na França), mas também, especialmente, entre os manifestantes e setores em greve como os refinadores, a presença de muitos jovens com idade por volta de trinta anos, expressão de que uma nova geração se colocava em movimento, e que foram os setores que estavam mais dispostos a ir até o final. Por fim, e diferente de 1995 e 2003, uma parcela importante e não somente da extrema esquerda, mas composta por dezenas de milhares de trabalhadores e sindicalistas, lutou por uma política que superasse a estratégia das repetidas manifestações de pressão das direções sindicais e se encaminhasse à greve geral. As Interprofissionais<sup>5</sup> foram a expressão organizada deste sentimento de uma ampla vanguarda, sendo o motor das tentativas de estender as greves, organizando visitas de grevistas às fábricas para convencerem os trabalhadores a entrar no movimento de apoio aos que já estavam em greve, iniciando bloqueios e outras ações que marcaram este movimento. É a primeira vez que estruturas deste tipo se

3 No processo de 1995, teve o componente de greve e mobilizações do setor público, especialmente da coluna vertebral da greve geral política dos funcionários públicos, os trabalhadores ferroviários, que fizeram retroceder o plano Juppé. Em relação à greve ferroviária, pode-se notar, contra uma visão superficial, que a porcentagem de grevistas foi similar à desse ano. A diferença é que metade dos trens andaram por conta da lei do serviço mínimo; a utilização de quadros para substituir grevistas, ou o adiamento do transporte da maioria das cargas, entre outras medidas, a torna diferente da decisão da direção da companhia em 1995 de parar a circulação, um verdadeiro erro que não voltou a cometer. Por outro lado, foi fraca a greve na RATP (metrô, coletivos e trens de proximidade de Paris), o que afetou a moral dos ferroviários. Na luta de 2006, teve a efervescência imprevisível, violenta e massiva da juventude, em particular da juventude secundarista que levou o governo de Villepin à derrota na luta contra o CPE. O mais atrasado foi o movimento estudantil universitário, que esteve em refluxo durante boa parte do processo e que ainda sofre os efeitos da derrota da aplicação da LRU [Lei de Reforma Universitária. (N. T.)] na primeira parte do governo Sarkozy. Em 2005, estiveram presentes as ações dos secundaristas nas *banlieues* (periferias), em que muitos bloqueios das escolas, pela ação policial e também em certa medida pela incorporação de setores marginalizados, se transformaram em pequenos motins urbanos. No entanto, essas revoltas elementares, que em 2005 se generalizaram, porém num marco de isolamento do resto dos setores sociais, no recente movimento foram canalizadas como o batalhão mais explosivo do conflito social de conjunto, o que impediu a política governamental de recuperar base social, atemorizando com caos e utilizando em várias ocasiões, como se mostrou, provocadores nos atos.

4 O caso mais emblemático, a coluna vertebral deste movimento, foram as refinarias, a maioria pertencente ao grupo francês TOTAL, além da refinaria Exxon Mobil de Gravenchon (a segunda maior da França) e outras empresas menores, que alcançaram o bloqueio de um setor chave da economia. Não se via algo assim desde 1968: as 13 refinarias francesas estiveram em greve com paralisação do envio de combustíveis aos postos de gasolina e depósitos.

5 As Interprofissionais foram assembleias de trabalhadores de distintos ramos, surgidas no curso da mobilização. (N. T.)

põem em movimento desde a década de lutas aberta pelo Maio francês de 1968<sup>6</sup>. Embora por seu caráter embrionário e seu desenvolvimento tardio não puderam ser uma alternativa real em nível nacional contra a burocracia, os laços construídos são um ponto de apoio importantíssimo para as próximas lutas que com certeza voltarão se desenvolver.

\*\*\*

Estes elementos não caíram do céu. São expressão de que a crise capitalista mundial e suas consequências, por sua profundidade, duração e persistência sobre diferentes formas é (e virá a ser) parteira de novos saltos na luta de classes. A tendência à greve geral já tinha se manifestado com a greve geral política de 2009 em Guadalupe. Este acontecimento teve um enorme impacto na metrópole e seu exemplo era cantado por dezenas de milhares de ativistas trabalhadores e estudantes nas jornadas de protestos sem continuidade do primeiro semestre desse ano, convocadas pela nascente Intersindical. A disposição de ir também até o final se expressou de maneira categórica nas sucessivas lutas com métodos radicalizados da classe trabalhadora industrial, desde a tomada de reféns para exigir indenizações, até o exemplo avançado, que terminou em uma derrota, do controle operário da Philips Dreux<sup>7</sup>. Do lado do nosso inimigo de classe, a burguesia, a atual contestação é expressão de que nunca antes da sua chegada ao poder em 2007 o sarkozysmo esteve tão debilitado, mostrando que existe uma crise latente de regime. Pela primeira vez, desde 1968, não foram o primeiro ministro e seu governo (válvula de segurança do Executivo bicéfalo instaurado pela V República) os atacados nos slogans dos manifestantes ou nas assembleias sindicais ou de grevistas, foi Sarkozy quem concentrou todas as críticas. Este antisarkozysmo dos manifestantes não é simplesmente o reflexo bruto da hiperexposição midiática do presidente, como dizem alguns superficialmente. Trata-se fundamentalmente da expressão da debilidade objetiva dos mecanismos e do bipartidarismo em que se apoia o regime da V República; debilidade que pôde ser vista claramente em 2002, que teve outros efeitos na presidência anterior (rechaço ao plebiscito europeu, etc.) e que recentemente voltou com o caso Bettencourt, escândalo que mostrou os laços promíscuos entre o dinheiro e o poder, particularmente com a UMP de Sarkozy<sup>8</sup>, que nas alturas incentivou a mobilização após a *Reentré* [o retorno após as férias escolares – N.T.]. Situação de crise hegemônica, que Sarkozy tentou fechar com uma saída semibonapartista e que se debilitou antes dos combates fundamentais de

6 No histórico de lutas dos últimos 30 anos, somente se desenvolveram algumas coordenações setoriais e às vezes de algumas categorias (como nos conflitos da saúde ou a greve de ferroviários em 1986). Também houve, em 1995 e 2003, experiências de assembleias interprofissionais, porém nada no nível do que acaba de acontecer. Em 1995, exemplos importantes foram o centro de manutenção da SNCF de Quatre Mares em Rouen, a cidade de Dreux ou o “20º Distrito” de Paris. Neste caso, os embriões de auto-organização foram mais estendidos nacionalmente, a Reunião Nacional das Interprofissionais em Tour, ainda que ao final do movimento, é um fruto disto.

7 Em um artigo de junho de 2009, fazendo um balanço das tomadas de reféns em fábricas e passando em revista a história da luta de classes na França, terminávamos dizendo – frente à surpresa da extrema esquerda – que esse método radical sempre havia anunciado o começo de um ascenso.

8 União pela Maioria Presidencial, partido do governo. (N. T.)

classe, como consequência da brutalidade da crise econômica. A política de Sarkozy, partindo desta debilidade, de passar à força a reforma das aposentadorias, foi uma tentativa de retomar a iniciativa, o que desencadeou o processo mais importante da luta de classes desde 1968 e o despertar do proletariado.

\*\*\*

Neste sentido, o Outono Francês constituiu um claro salto em relação ao período anterior da luta de classes, aberto em 1995, e anuncia um ciclo superior de confrontos mais abertos, mais radicalizados e mais clássicos, quer dizer, com mais centralidade da classe operária e com um protagonismo para a juventude estudantil e nas fábricas, tanto na França como na Europa, quiçá mundial.

Um novo ciclo da luta de classes como resposta à crise mundial que se desenvolve. A depressão econômica em curso impõe como única saída da burguesia o ataque às conquistas sociais que ainda restam do chamado Estado de bem estar e a piora das condições de vida das massas, incluindo setores que se beneficiaram em algum momento das migalhas da ofensiva neoliberal, como alguns setores da classe média. Neste sentido, as novas lutas que se abrem não podem ser vistas nem analisadas da mesma forma que a greve geral do setor estatal de 1995, quando a burguesia pôde retirar um aspecto da aplicação do plano neoliberal, já que esse sistema, a poucos anos da penetração capitalista na ex-URSS, na China e em outros países do Leste Europeu, ainda estava no seu auge. Tampouco podem ser comparadas com o Maio de 1968, um ascenso estudantil que desemboca numa greve geral política de massas por vários dias, desviada por uma concessão salarial e outras conquistas, possíveis somente devido aos anos do *boom* do pós-guerra. Assim, as lutas atuais serão mais parecidas com as dos anos 1930, mais explosivas, mais desagregadoras entre as classes e no interior das mesmas, com mais violência e com mais elementos de decomposição social por conta da crise; ocorrerão frente a regimes e governos que irão se endurecer de forma cada vez mais bonapartista para liquidar as ações operárias, como já mostram as respostas de distintos governos europeus às ações dos trabalhadores e da juventude.

\*\*\*

Neste primeiro combate, os trabalhadores não puderam impedir que a Assembleia Nacional (dos Deputados) e o Senado aprovassem a reforma na aposentadoria, promulgada por Sarkozy em 09/11. A partir de agora, os trabalhadores deverão ter idade entre 62 e 67 anos para se aposentar (em vez de 60 e 65). Com esta medida, Sarkozy quis dar uma mensagem aos mercados para que não baixem a qualificação dos bônus da dívida francesa, e à patronal de que, apesar de sua debilidade, não cederá diante dos sindicatos. Porém, para além da dureza que este tenta mostrar, o principal fator das derrotas foi as direções reformistas das centrais sindicais. Em nenhum momento os dois principais sindicatos, CFDT (Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores) e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores),

defenderam a retirada da proposta de lei. Contentaram-se em pedir ao governo uma negociação. A CFDT e a CGT, junto ao resto das organizações que conformaram a Intersindical<sup>9</sup>, tiveram uma estratégia de desgaste com jornadas de ação isoladas, que casualmente se espaçaram mais no momento de maior radicalização, o que levou ao isolamento de setores em greve. Foi assim que as jornadas de mobilização perderam força e poder de convocação, como foi o caso da jornada de mobilização de 6 de setembro, nem falar da farsa de manifestação de 23 de setembro, quando o movimento já estava totalmente liquidado, uma vez promulgada a lei. Desta maneira, bloquearam a tendência à greve geral e permitiram que Sarkozy, apesar de sua debilidade e da grande impopularidade de seu governo, conseguisse aprovar a lei.

\*\*\*

Apesar da derrota sofrida, o importante é que os trabalhadores recuperaram confiança em suas forças, viveram um primeiro ensaio dos próximos combates que virão, e puderam sentir sua capacidade potencial de parar o país. O resultado adverso deste primeiro combate dificilmente será suficiente para encerrar o processo profundo que esta luta mostrou, com a entrada em cena de forma contundente de trabalhadores chave do setor privado, e com o protagonismo explosivo da juventude secundarista, uma convergência que assustou o governo e a burguesia, e inclusive as direções dos sindicatos, apesar destas não terem sido ultrapassadas ao longo do movimento.

A vontade da maioria dos trabalhadores assalariados e dos estudantes de dizer “basta”, de não deixar passar a reforma na previdência (primeira de uma série de reformas e ataques que implicarão um salto qualitativo na piora de suas condições de vida), modificaram o ar destes tempos. Uma nova geração operária entrou em cena, dando seus primeiros combates, constatando os limites da estratégia reformista das direções sindicais. Embora haja setores frustrados com os resultados da batalha, há de conjunto um aumento da politização dos trabalhadores, em particular das dezenas de milhares que se confrontaram pela continuidade da luta e pela greve geral. A experiência de luta e suas importantes conquistas, mesmo não tendo conseguido reverter a correlação de forças, abre um novo cenário na situação e na moral dos trabalhadores, que, no marco das necessidades da burguesia de dar novos golpes no calor da crise, pode fazer madurar uma nova subjetividade operária que deixe para trás os anos de resignação e impotência que acompanharam a ofensiva neoliberal.

\*\*\*

É neste marco que devemos analisar a atuação e o papel das principais organizações da extrema esquerda francesa. Tanto o Novo Partido Anticapitalista (NPA) como a Lutte Ouvrière (LO) [Luta Operária] chegaram mal preparados

9 *Solidaires*, CFTC (Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos), CFE/CGC (confederação dos funcionários – quadros técnicos), UNSA (União Nacional dos Sindicatos Autônomos), FSU (Federação Sindical Unitária) e FO (Força Operária).

aos acontecimentos. O NPA, “órfão de hipótese estratégica”<sup>10</sup> e orientado para a construção de um partido anticapitalista amplo, sem uma clara delimitação de classe que reúne revolucionários e reformistas em suas fileiras, e por isso ausente dos principais bastiões da classe operária, mesmo se envolvendo no movimento, teve uma orientação impotente para fornecer uma alternativa frente à política traidora das direções sindicais. Por sua vez, a LO, mesmo com maior inserção no seio da classe, salvo algumas ações pontuais entre os ferroviários em que tentou instaurar alguns comitês de greve<sup>11</sup>, foi totalmente seguidista das direções sindicais, como consequência da caracterização de que esta enorme mobilização foi resultado de um quadro negativo de relações de forças – tese inalterada desde o último quarto de século, indiferente às oscilações da luta de classes. Daí sua oposição declarada à consigna de greve geral. Na prática, grande parte dos militantes da LO seguiram com suas rotinas habituais, assustados em relação a alguns casos de entrada explosiva de secundaristas, expressão de seu cretinismo sindicalista, como é o caso de alguns de seus militantes e simpatizantes do setor de professores<sup>12</sup>. Tampouco estiveram à altura as organizações chamadas “combativas” do sindicalismo, como é o caso do SUD (Sindicato Único e Democrático). Embora muitas das iniciativas locais e regionais de auto-organização, como as Interprofissionais, tenham tido dezenas de seus militantes na vanguarda das mesmas (assim como há vários militantes dos setores mais combativos da CGT), seu papel na Intersindical Nacional durante o momento mais alto da luta foi de “cobertura de esquerda” da política traidora da CGT, questão que abriu uma crise interna.

\*\*\*

A seguinte polêmica tem o objetivo de discutir com os melhores elementos tanto da extrema esquerda organizada como do sindicalismo combativo, assim como da nova geração operária que está surgindo, já que das conclusões que eles tiram do importante combate de classe depende, e muito, o destino e a preparação da revolução proletária na França. Vamos recorrer a várias citações do revolucionário russo Leon Trotsky, que seguiu a política e a luta de classes francesas desde começos do século XX, não somente de forma intelectual, como também em relação estreita com muitos de seus militantes políticos e sindicais, primeiro como exilado do czarismo antes da Primeira Guerra Mundial, depois como representante da Internacional Comunista após a tomada do poder na Rússia, e finalmente durante sua passagem, também como

10 Assim definiam sua situação os teóricos da ex-LCR que viriam a fundar o NPA, no debate chamado “Sobre o retorno da questão político-estratégica”. Se um mérito teve o atual movimento social, foi o de ter tirado esta discussão do estreito círculo das cúpulas da extrema esquerda, particularmente o NPA e alguns círculos intelectuais, para colocá-la frente ao fogo vivo da luta de classes e suas lições frente às centenas de milhares de ativistas que participaram dela, e como indispensável preparação para os combates que virão.

11 Em Saint-Lazare e Gare du Nord se estabeleceram duas “comissões de organização da greve” por iniciativas das assembleias, porém não tiveram uma influência consistente sobre a evolução do movimento em nenhuma dessas estações, salvo um papel de organização das ações.

12 Que isto não é uma reação de alguns de seus militantes é algo demonstrado pelo fato de que o artigo de balanço do movimento publicado recentemente em sua revista internacional “Lutte de Classe” incrivelmente não menciona a entrada dos secundaristas como grande componente das recentes lutas.

exilado (dessa vez pelo stalinismo), nos anos 1930. A abundância de citações é uma opção intencional não só porque seus conceitos frente aos problemas estratégicos e táticos levantados são pertinentes, mas também para recordar aos atuais dirigentes do NPA, que deixaram de lado toda referência a seu passado trotskista na fundação do novo partido, assim como os da LO, que repetem consignas do Programa de Transição em seus atos, mas o deixam esquecido no terreno vivo da luta de classes; a vigência de seu pensamento é uma condição necessária para (re)educar uma nova e velha geração de militantes revolucionários.

## INTERPELAÇÃO E CRÍTICA ÀS DIREÇÕES SINDICAIS

Para as direções da extrema esquerda, a interpelação e a crítica às direções sindicais permanecem um segredo guardado debaixo de sete chaves. As traições e capitulações dos aparatos sindicais jamais se discutem publicamente. O atual movimento não foi uma exceção. Isto não é surpreendente vindo do Parti de Gauche [Partido de Esquerda, N.T.] de Jean-Luc Mélenchon – novo partido que pretende ocupar o lugar deixado vago pelo reformismo, que girou para o social-liberalismo aberto, como é o caso do PS – que declarava durante a manifestação do dia 28 de outubro: “nestes momentos, devemos seguir três regras: seguir os sindicatos, seguir os sindicatos e seguir os sindicatos”, em momentos em que estes já haviam deixado de impulsionar o movimento para melhor canalizá-lo e passavam abertamente a freá-lo por todos os meios<sup>13</sup>. Porém, sem o servilismo dos reformistas, a posição do NPA não se diferencia de conteúdo nos aspectos centrais de suas atitudes frente às direções sindicais<sup>14</sup>. Por exemplo, questionado por um entrevistador em 23 de setembro num canal de televisão europeu, se pensava existir uma forma de cumplicidade entre os sindicatos e o poder executivo, Olivier Besancenot responde: “Não, não diria isso, existem divergências entre as distintas organizações sindicais, se você buscar vai encontrar,

13 Efetivamente, a Reunião da Intersindical de 21/10 foi um ponto de inflexão. Nela se adiaram as mobilizações no momento mais alto do conflito, não se apoiou os setores que encabeçavam as greves permanentes, nem os jovens vítimas de repressão, nem tampouco as ações de bloqueio, deixando os setores mais combativos isolados e sem perspectivas. Pelo contrário, o comunicado saído da reunião se descola destes, declarando zelar “pelos bens e pelas pessoas”. Deste ponto de vista, a Intersindical deu, indiretamente, luz verde para que, poucas horas depois da sua reunião, se violasse o direito de greve como ordem de requisição ilegal dos trabalhadores, e a violenta intervenção policial para desbloquear o piquete na refinaria de Grandpuits, uma das referências da greve. Posteriormente, na semana seguinte, as direções sindicais puderam impor a volta ao trabalho em lugares chave como as refinarias de petróleo, ou os coletores de lixo, tarefa que não lhes foi nada fácil. Para dar apenas alguns exemplos, os trabalhadores dos portos de Fos-Lavera (Marselha) fizeram 33 dias de greve, votando a volta ao trabalho somente em 27/10; na refinaria Donges do grupo Total, as burocracias sindicais tiveram que impor o voto secreto para levantar a greve no dia 28/10, assim como em outras refinarias. Reação semelhante tiveram os trabalhadores da coleta de lixo de Marselha, que aceitaram a contra gosto a ordem da FO de levantar a greve que tinha deteriorado seriamente o sistema sanitário, frente à pressão fura-greve da “união sagrada” da direita e do próprio PS. Parte da mesma política de enterramento do movimento social foi a diminuição do número de manifestantes nas jornadas de 28/10 e 06/11 (sem falar nas ridículas ações multifórmes de 23/11 decididas pela Intersindical em sua reunião de 8/11), ao mesmo tempo em que diminuíram o número de ativistas organizados nas Interprofissionais, como consequência da volta ao trabalho de muitos de seus participantes, etc.

14 Para ser justos, digamos que a crítica às direções sindicais é limitada no jornal, difundida em pequena escala e desaparece pura e simplesmente dos panfletos distribuídos massivamente. Em outras palavras, completamente insuficiente.



do mesmo modo nas distintas organizações políticas. Mas, além disso, existe um ponto sobre o qual estamos todos de acordo: que na aposentadoria aos 60 anos não se toca, e que estamos contra esse projeto de reforma”. Quer dizer, o NPA estava no mesmo campo que Thibault e Chérèque. Esta localização se tornou trágica quando as direções sindicais fizeram todo o possível para enterrar o movimento depois de 21 de outubro. Assim, no comunicado do NPA desse dia, ao invés de anunciar a punhalada pelas costas na qual implicava o comunicado da Intersindical para as greves por tempo indefinido, a direção deste partido se atreveu a reivindicar que as “duas novas jornadas de greve e de manifestações, na quinta-feira 28 de outubro e no sábado 6 de novembro (...) oferecem novas perspectivas de mobilização que devem ser aproveitadas”, acobertando dessa maneira a política desmobilizadora e de desgaste das direções sindicais.

Porém, para ver que esta atitude da extrema esquerda não é um erro no meio da luta com o objetivo de não desmoralizar a vanguarda (argumento que é utilizado pela direção do NPA para não criticar as direções dos sindicatos) vamos ao balanço de conjunto que faz a Lutte Ouvrière, uma vez encerrado o movimento com a derrota reivindicativa em relação à reforma da previdência. No último número de sua revista internacional, culpam as massas pelo movimento não ter ido mais longe, e que neste sentido houve uma sintonia entre o que queriam os manifestantes e as direções das centrais sindicais. Assim, argumentam que:

Seria pueril acusar as confederações sindicais pela falta de chamados nesse sentido [à greve geral]. Elas, ou mais especificamente a CGT e a CFDT – já que SUD e em outro sentido FO eram mais adeptas a frases radicais, quanto menos tinham forças e autoridades necessárias para fazer o que diziam que tinha que ser feito – não tinham evidentemente nenhuma vontade de implantar uma política que preparasse a greve geral. Porém, elas não frearam nada, porque não havia nada para frear. Limitar o enfrentamento contra Sarkozy ao terreno das manifestações era perfeitamente conveniente às direções sindicais. Porém isso convinha também aos trabalhadores. E aí estavam, uma vez mais, os limites do movimento.

Ao contrário do que diz a Lutte Ouvrière, jamais tantos trabalhadores estiveram tão convencidos da necessidade de uma greve geral, de lutar até o final para derrotar a política do governo, questão que impediu que as direções sindicais pudessem chamar abertamente a encerrar o movimento, como tinham feito em 2003. Com organizações desse tipo, os crimes das direções sindicais dificilmente serão expostos aos olhos das massas e da vanguarda, elemento central para sua clarificação política e para seu reagrupamento revolucionário. Não é esta atitude complacente a recomendada por Trotsky em 1930, não somente frente a Jouhaux<sup>15</sup>, dirigente da CGT e qualificado por Trotsky como o “mais corrupto e servil agente do capital”, senão também frente a sua ala esquerda:

15 Jouhaux, Leon (1870-1954). Dirigente da Confederação Geral do Trabalho (CGT) da qual foi secretário geral desde 1921 até a Segunda Guerra Mundial. Sindicalista social-patriota durante a primeira guerra. Opôs-se à Revolução Russa. Para Trotsky, era a personificação do colaboracionismo de classes.



a tarefa do revolucionário honesto consiste, sobretudo na França onde são tão frequentes as traições impunes, em recordar aos trabalhadores as experiências do passado, em forjar a juventude na intransigência, em relatar incansavelmente a história da traição da Segunda Internacional e do sindicalismo francês, em desmascarar o papel vergonhoso desempenhado não só por Jouhaux e Cia, mas sobretudo pelos sindicalistas de “esquerda” como Merrheim e Dumoulin. Quem não leva a cabo esta tarefa elementar para a nova geração estará privado para sempre da confiança dos revolucionários<sup>16</sup>.

A outra face da ausência de toda crítica e denúncia às direções sindicais é a falta de toda política de exigência a estas quando estão na crista da onda da mobilização para melhor canalizá-la e evitar sua radicalização. Somente uma política que interpele a cúpula das Confederações sobre as tarefas e os próximos passos do movimento pode acelerar a experiência na ação com as mesmas, desmascarando seu papel conciliador e abrindo caminho para uma verdadeira greve geral política. Se esconder no argumento de que a greve geral não pode ser decretada, ou que não se concretizará com um simples chamado das direções sindicais, o que é correto, não oculta a necessidade dessa tática que surge da aplicação correta de uma política de frente única operária diante das direções sindicais. Como não se cansava de repetir Trotsky, se dirigindo aos stalinistas que durante o terceiro período se recusavam a fazer um chamado aos reformistas, voltamos ao ABC do comunismo:

Há dez anos, a Internacional Comunista explicava assim o fundamento da política de frente única: o Partido Comunista mostra nos fatos às massas e às organizações que está disposto a lutar com elas inclusive pelos objetivos mais modestos, na condição de que apontem no sentido do desenvolvimento histórico do proletariado; o Partido Comunista leva em conta durante esta luta, em cada momento, o real estado de ânimo da classe; não somente se dirige às massas, como também às organizações cujas direções são reconhecidas pelas massas; **diante das massas, obriga as organizações reformistas a tomar posição publicamente sobre as tarefas reais da luta de classes.** A política de frente única acelera a tomada de consciência revolucionária da classe, desvendando na prática que não é a vontade divisionista dos comunistas, mas sim a sabotagem consciente dos chefes da social democracia, o que impede a luta comum. É evidente que essas ideias não estão de nenhum modo envelhecidas (grifo nosso)<sup>17</sup>.

No entanto, as direções da extrema esquerda consideram essa política supérflua, o que lamentavelmente não contribui para educar a vanguarda. Isto é mais grave ainda no recente movimento, por um lado devido ao fato de que os sindicatos foram se fortalecendo no calor dos mesmos, e por outro porque, junto com o desgaste das jornadas de ação<sup>18</sup>, uma das formas que a CGT utilizou para desviar os setores

16 Leon Trotsky, “Monatte atravessa o Rubicão”, Prinkipo, 15 de dezembro de 1930, Sobre os Sindicatos.

17 Leon Trotsky, «*La révolution allemande et la bureaucratie stalinienne: Problèmes vitaux du prolétariat allemand*», Prinkipo, 27 de janeiro de 1932. Disponível em [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

18 Em 15/09, a Assembleia Nacional votou a reforma das aposentadorias, o Senado em 22 de outubro, e em 10 de novembro Sarkozy promulgou a lei. A Intersindical não havia chamado as jornadas de ação em 15 de setembro, mas em 23; não no fechamento previsto da votação no Senado, mas depois dela: em 28 de outubro e mesmo em 6 de novembro. E, por último, como corolário de sua capitulação, não antes da promulgação feita por Sarkozy, mas sob a forma de “ações diversificadas” em 23 de novembro.

mais radicalizados foi deixar correr as ações mais duras destes, porém evitando que pudessem dar um caminho alternativo de conjunto à política de pressão da Intersindical. Se os setores em greve permanente, as distintas Interprofissionais em escala nacional, tivessem utilizado toda sua autoridade para interpelar a Intersindical “sobre as tarefas reais da luta de classes”, muito mais difícil teria sido para esta desviar e desmobilizar a luta. A política e a tática adotada pela extrema esquerda não ajudaram para isso<sup>19</sup>. Algumas Interprofissionais, a mais avançada delas em Le Havre, trataram de orientar-se rumo à centralização do movimento exigindo uma mobilização nacional em Paris, ao mesmo tempo em que demandavam que a Intersindical se transformasse, abrindo-se aos representantes das assembleias interprofissionais<sup>20</sup>. No entanto, este chamado chegou num momento de refluxo do movimento, e foi ignorado não só pela Intersindical, mas também por todas as outras organizações, incluindo a extrema esquerda<sup>21</sup>.

Por trás desta orientação e tática das organizações da extrema esquerda, se esconde um profundo conservadorismo, de que não se deve questionar o domínio da burocracia sindical. Mesmo que essa política se cubra em alguns argumentos esquerdistas como os listados acima, não pode ocultar o fundamental: sua passividade e falta de política e estratégia alternativas ao caminho de pressão das burocracias sindicais. A negativa para interpelar as direções reformistas é uma prova disso. Como explicava Trotsky:

A frente única se estende somente às massas trabalhadoras ou inclui também os dirigentes oportunistas? A própria colocação desta pergunta é fruto de um equívoco. Se pudéssemos simplesmente reunir as massas trabalhadoras em volta de nossas bandeiras ou de nossas

19 Pelo contrário, a falta de denúncias e interpelações às direções sindicais ia de mãos dadas, no NPA, com a ausência da greve geral como centro de sua orientação: pode ter sido título de algum jornal (no. 72) e de algum comunicado (na semana do dia 5/10), porém desapareceu nos momentos-chaves (primeiras páginas dos jornais seguintes, comunicados nacionais de 10/10 e, sobretudo, de 18/10). A Lutte Ouvrière, com uma política ainda mais seguidista das direções sindicais, baseada em sua caracterização de que estas importantes mobilizações se dão num quadro negativo da relação de forças (uma visão que tem defendido durante os últimos 25 anos), manteve-se indiferente frente aos giros na situação e na luta de classes. Sobre esta base se negou abertamente a defender a consigna de greve geral.

20 “Ao contrário do que afirmam a Medef e o governo Sarkozy, o movimento não terminou. Nos quatro cantos do país se multiplicam os bloqueios, as manifestações de rua, as reuniões públicas. Agora, deve-se golpear forte e todos juntos. Estamos preparados para colocar tudo em movimento para que sejamos milhões nas ruas da capital. As organizações nacionais devem chamar para uma manifestação nacional em Paris para o sábado, dia 13 de novembro. Se esta demonstração de força pacífica e decidida não for o suficiente, é preciso que nessa mesma tarde, as direções nacionais e as organizações sindicais reúnam em Paris delegações de todas as cidades, das grandes empresas do país, para tomar a decisão de chamar a um dia de greve geral e à continuidade do movimento, até que o governo renuncie a sua vontade de promulgar ou aplicar a lei e decida finalmente abrir verdadeiras negociações”. Chamado Nacional da AG (assembleia geral) de La Havre. *Havre em greve*, 03/11/2010.

21 Somente duas dezenas de militantes da assembleia geral interprofissional de Saint Denis se reuniram na frente da sede central da CFE-CGC, onde se realizava a reunião da Intersindical. Esta assembléia, em que os militantes da FT-QI desempenhamos um papel essencial, em 15 de outubro de 2010, votou uma declaração que dizia: “Nosso movimento aumenta em potência e a perspectiva de uma greve geral está na ordem do dia mais do que nunca. Por outro lado, uma maioria de trabalhadores na França se pronunciam a favor dessa perspectiva. Exigimos das direções das confederações sindicais que respeitem o mandato que lhes deram os trabalhadores e os jovens de todo o país, continuando a mobilização por meio de uma greve geral até a retirada do projeto de lei. Por outra parte, chamamos a todos os trabalhadores e jovens a se organizarem em AG Interprofissional em todas as partes, e que estas se coordenem entre si, de maneira a tomar em nossas mãos o controle de nossa luta”.

consignas imediatas, sem passar pelas organizações reformistas, sejam partidos ou sindicatos, evidentemente seria o melhor. Mas então, a questão da frente única não existiria em sua forma atual. (...) À parte de outras considerações, queremos tirar os reformistas de seus esconderijos e colocá-los juntos de nós diante dos olhos das massas em luta.

Com uma tática correta não podemos senão ganhar. Um comunista que tem dúvidas ou medo sobre isso se parece com um nadador que aprendeu toda a teoria sobre o melhor método para nadar, mas que não se atreve a se atirar na água. Ao realizar um acordo com outras organizações, nos colocamos uma determinada disciplina de ação. Porém, esta disciplina não pode ter um caráter absoluto. No caso de que os reformistas comecem a colocar obstáculos na luta, em claro detrimento do movimento, e atuem contra a situação e o estado de ânimo das massas, nós como organização independente sempre nos reservamos o direito de dirigir a luta até o final, e isso sem nossos semi-aliados temporários. É possível ver nesta política uma aproximação com os reformistas só do ponto de vista de um jornalista que acredita que se livra do reformismo pela crítica ritualística, sem nunca sair do seu escritório de redação, mas que teme se chocar com os reformistas frente aos olhos das massas trabalhadoras e dar a essas últimas a possibilidade de julgar os comunistas e os reformistas em igualdade de condições, isto é, frente à luta de massas. Atrás deste temor revolucionário de “aproximação” encontramos realmente uma passividade política que busca perpetuar um estado de coisas em que os comunistas e os reformistas mantêm suas próprias esferas de influência claramente delimitadas, seu próprio público nas reuniões, suas próprias imprensas, e tudo isso junto cria uma ilusão de luta política séria<sup>22</sup>.

Mesmo as organizações mais audazes no movimento, como a Fração da Lutte Ouvrière (FLO), não compreendem este problema político fundamental. Em sua revista de meados de outubro eles sustentavam em relação à política das direções sindicais que:

Pelo momento, em todo caso, as confederações sindicais, especialmente a CGT, fizeram o que era necessário. Assegurando, sem dúvida, o controle da situação e evitando dar ao movimento o objetivo de uma greve geral com a desculpa de que esta não se desencadeia com um simples chamado das confederações, o que está certo, inclusive aquelas mais respeitadas pelos trabalhadores. E pelo momento, os trabalhadores as seguiram. Amanhã podem dar luz verde à multiplicação das greves, inclusive as que são por tempo indefinido, nas empresas ou nos setores mais decididos, sobretudo se continuam sendo minoritárias, como o são neste momento em que estamos escrevendo, e se estas empresas e estes setores não buscam uma unidade entre eles, para logo trazer outros, e finalmente estabelecer uma organização da mobilização que emanaria da base e que seria controlada por ela.

Para concluir, pobremente, da seguinte maneira:

Estabelecer estes laços, tecer esta rede, esta organização através das mobilizações tal como são programadas e impulsionadas pelos aparatos, seria a primeira tarefa do momento, ao invés de denunciar os já conhecidos atrasos das confederações nesta mobilização, quando na realidade este não é o sentimento dos trabalhadores, contrariamente a 2009 ou 2003<sup>23</sup>.

22 Leon Trotsky, «*La révolution allemande et la bureaucratie stalinienne: Rappel historique sur la question du front unique*». Disponível em [www.marxists.org](http://www.marxists.org)

23 “Os dirigentes sindicais irão até o final?”, *Convergences Révolutionnaires*, 18/10/2010.

Jamais denunciar, jamais. Muito longe do que Trotsky argumentava, ao falar sobre as outras “categorias” da greve geral, isto é, uma luta de pressão encabeçada pela burocracia para evitar que ela se transforme numa luta séria contra o governo e o regime burguês como a que presenciamos na França no Outono de 2010; dizia ele:

Também devemos agregar que Engels não falou de outra “categoria” de greve geral, da qual temos visto exemplos na Inglaterra, França, Bélgica e outros países: nos referimos aos casos em que a direção da greve negocia previamente, sem lutar, com o inimigo de classe, quais serão os rumos e os resultados da greve. Em certas ocasiões, os parlamentares e os sindicalistas percebem a necessidade de criar uma válvula de escape para a ira acumulada das massas, **ou se veem obrigados a acompanhar uma mobilização que os tenha superado**. Nesses casos, recorrem furtivamente ao governo e recebem permissão para encabeçar a greve geral, com a missão de colocar um fim o mais cedo possível, e não causar danos à propriedade estatal. Às vezes, porém de nenhuma maneira sempre, negociam algumas pequenas concessões que lhes sirvam de folhas de parreira. Isso fez o Conselho Geral dos sindicatos britânicos (TUC) em 1926. Isso fez Jouhaux em 1934. Farão isso no futuro. O desmascaramento destas manobras desprezíveis pelas costas do proletariado em luta é um componente necessário para a preparação da greve geral<sup>24</sup>. (grifo nosso)

Este componente necessário para a preparação da greve geral é ignorado pela extrema esquerda francesa, tanto em suas variantes mais oportunistas, com um seguidismo em alguns casos absolutamente acrítico, quanto em suas variantes mais esquerdistas, tendo somente uma política de auto-organização, que embora mais louvável que a atividade e orientação dos primeiros, é insuficiente para derrotar a política das direções sindicais.

## EMANCIPAR-SE DO “FETICHISMO DA GREVE GERAL”?

Frente aos limites que encontrou o movimento de outono e que não pôde superar, como o enorme obstáculo que representou a estratégia de pressão das direções sindicais, ou o desenvolvimento de uma verdadeira auto-organização, alguns autores põem (e puseram) em questão o “fetichismo da greve geral”, que teria colocado travas ao desenvolvimento da luta. Assim, Philippe Corcuff, um desses típicos personagens reformistas radicais que pululam no NPA, afirma que:

Ao lado do fetichismo do legal, outro fetichismo poderia obstaculizar a continuidade do atual movimento social: um fetichismo da “greve geral”, entendido em um sentido demasiado estreito como uma consigna coringa, independente das circunstâncias. O horizonte da “greve geral” é uma coisa muito boa se, frente à tendência à dispersão das lutas, amplia nosso espaço mental para convergências desejáveis. Só se se apresenta como uma exigência de generalização a partir das experiências concretas em situações concretas, e não como um martelo que nos golpeia dogmaticamente desde cima. Mas a

<sup>24</sup> Leon Trotsky, “O ILP e a Quarta Internacional: No meio do caminho”, 18 de setembro de 1935, em *Escritos 1929-1940*, disponível em [www.ceip.org.ar](http://www.ceip.org.ar)

“greve geral” perderia esta dinâmica útil se a compreendêssemos como um “modelo” a aplicar de forma rígida, sem ter em conta as características da situação. Ou se considerássemos a generalização da greve ao conjunto dos assalariados, dos universitários e dos secundaristas em um momento dado como a única forma para construir um movimento social convergente suscetível de conseguir uma vitória<sup>25</sup>.

Efetivamente, nenhum esquematismo nem pensamento por fora da relação de forças, senão as duras “circunstâncias” faziam com que somente uma greve geral política que derrotasse o governo de Sarkozy e seu plano fosse “a única modalidade” para “conseguir vitórias”. Ou alguém pode crer que em meio à crise histórica do capitalismo que estamos atravessando, onde a depressão econômica em curso impõe como única saída à burguesia um ataque em toda a linha aos trabalhadores, poder-se-á conseguir alguma vitória sem uma luta até o final? Esta visão é uma mera ilusão que faz, pelo contrário, um fetichismo do ciclo anterior da luta de classes, ou seja, desde 1995 (ou 1986) até o começo da crise econômica internacional. Nesse momento, frente a um relativo auge do capital ou à saída à sua maneira da crise da década dos anos 1970, a burguesia francesa pôde fazer certas concessões, sobretudo atenuar o avanço da ofensiva neoliberal em função da resistência que impuseram os trabalhadores. Não obstante, a situação atual não deixa a mais mínima margem de manobra e pelo contrário obriga o capital a enfrentamentos cada vez mais decisivos, onde o slogan “ou eles ou nós” se tornará cada vez mais palpável. Neste marco, as “vitórias” ou as “concessões” só poderão ser um subproduto da luta revolucionária, ou seja, do temor da burguesia de perder tudo, como em 1936 frente ao desenvolvimento da greve geral com ocupação de fábricas (ainda que o fato de haver desperdiçado a ocasião para conquistar o poder fez com que estas mesmas concessões fossem logo arrancadas de volta pelos governos sucessivos anteriores à Segunda Guerra). Lamentavelmente, não é só Corcuff que não compreende isso, mas sim, com conseqüências mais graves, outros grupos sindicais combativos que acreditam que sem um enfrentamento centralizado contra o governo que o derrote completamente, e não somente o “faça ceder” sobre alguns pontos, como em 1995 ou 2006, pode-se conseguir uma vitória.

Bloqueado, então, o caminho da greve geral, foram surgindo todo tipo de estratégias alternativas das quais devemos fugir como da peste. O aspecto reformista delas traduzia ao nível do ativismo a estratégia da Intersindical Nacional de buscar o “denominador comum”, ou dito de outra maneira, o alinhamento dos setores mais radicais por trás da dupla Thibault-Chérèque. Assim pode ver-se quando Corcuff, nesse mesmo texto, coloca que:

Uma tirania da consigna de “greve geral” poderia contribuir para matar o espírito da “greve geral”: 1) encerrando-nos em um “tudo ou nada” mortífero e no final das contas, desmobilizador; 2) empurrando-nos para a via da decepção mais que para a do desenvolvimento do entusiasmo; e 3) **esquecendo que a perspectiva de generalização**

25 Philippe Corcuff, «Pour une guérilla sociale durable et pacifique», [www.npa2009.org](http://www.npa2009.org), 14/10/2010.

**supõe minimamente manter no seio da mobilização os setores mais prudentes e/ou mais moderados [grifo nosso]**<sup>26</sup>.

Isso significa que, longe de buscar que os setores de vanguarda tivessem uma política para conseguir a extensão da greve ao conjunto das massas, busca subordinar estes setores por trás daqueles mais prudentes e/ou mais moderados. E seu aspecto radical se expressava em que:

Dentro dos caminhos possíveis, haveria então aquele de uma guerrilha social e cidadã duradoura, um movimento social proteiforme, ao estilo do “Maio rampante” italiano, associando as mobilizações locais e profissionais fortes com jornadas nacionais de manifestações, greves pontuais e por tempo indeterminado, um vaivém entre os dois, paralisações parciais (SNCF, metrô e transportes coletivos urbanos, refinarias, depósitos petrolíferos, rodovias, etc.), greves recorrentes ou a repetição de greves esporádicas, limitando o custo da greve para os trabalhadores, a constituição de fundos de solidariedade para setores fortemente comprometidos na greve por tempo indeterminado, laços inéditos com os meios intelectuais e artísticos críticos para amplificar a deslegitimação do poder de Sarkozy, as passagens entre os combates reivindicativos e as experiências alternativas (por que os AMAP<sup>27</sup> não providenciariam os grevistas de forma gratuita? Por que as universidades populares não se deslocariam aos lugares onde há greve, colocando à disposição saberes críticos? Por que os artistas alternativos não estariam mais presentes nas manifestações?, etc.), ações menos massivas mas mais espetaculares em outras frentes onde a legitimidade de Sarkozy resiste mais no seio da população (discriminação racial, insegurança etc.).

Aqui, Corcuff toma muitas das novidades que o atual movimento teve (ainda que também delire um pouco) porém, longe de marcar seus limites para superá-los, termina pelo contrário glorificando-os e os transformando em uma estratégia oposta à greve geral, ou seja, o enfrentamento centralizado contra o poder e seu Estado, em uma nova estratégia que ele denomina “guerrilha social”. Não surpreende que tome como modelo o “Maio italiano”, ou seja, um movimento de levante geral mas sem coroação ou, em outras palavras, uma greve geral que não foi até o final.

Então, o fato de que o movimento ficasse às voltas com a greve geral, com milhares de ativistas em greve, mas com setores em greve que não se generalizaram ao conjunto dos trabalhadores, é o que dá fundamento a estas teorias substitucionistas que buscam diluir o papel dirigente da classe operária, baseadas, sobretudo na extensão do bloqueio como método de luta. Como dizem os especialistas dos movimentos sociais e do sindicalismo Sophie Béroud, Karel Yon e Mathieu Magnaudeix:

Mais concretamente, acerca da evolução das formas de ação, o ponto distintivo deste movimento é a difusão do registro do bloqueio e, em menor medida, das assembleias gerais interprofissionais. O fato do bloqueio não tem nada de novo, nasceu com o movimento operário, mas o que muda é o fato de que se torna independente do registro

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Associação pela Manutenção da Agricultura Camponesa, movimento de pequenos agricultores. (N. T.)

da greve, a ideia de que se pode bloquear a economia sem recorrer à greve. Uma estética do bloqueio dirigida por algumas redes de militantes e intelectuais que, inspirando-se nas ideias de Toni Negri (filósofo italiano, figura intelectual da esquerda nos anos de chumbo, ícone do altermundialismo etc.) veem a prova de que a força política que atua é, a partir de agora, menos a classe operária e mais a “multidão”. Já não é preciso ser operário para parar a economia: mais que cruzar os braços na linha, se trata de instalar-se nas intersecções de ruas estratégicas por onde passam os materiais e as mercadorias para colocar travas à circulação do capital. Pode-se ser desempregado, estudante, trabalhador temporário ou precário e cumprir um papel político decisivo.

É no marco de ações desse tipo que se produziram encontros improváveis. Até o momento, ações deste tipo eram relativamente raras e se levavam a cabo à margem das organizações sindicais, quando não contra elas. Estas ações se multiplicaram neste movimento, implicando diversas redes sindicais e políticas, às vezes fazendo os meios alternativos locais exercerem um papel de intermediário...

A prática do bloqueio ultrapassou as redes autônomas para penetrar, localmente, nos sindicatos e nas uniões locais através de novas gerações de militantes. Tornou-se menos natural, dentro das instâncias sindicais, denunciar essas práticas como “esquerdistas”. Este registro de ação circulou devido a que havia passado à prova das mobilizações precedentes. Fazendo da greve um subproduto do bloqueio, esta tática permitiu paralisar sem fazer com que os trabalhadores pagassem pelo custo da ação. Já o havíamos experimentado no momento da LRU, quando em alguns lugares o bloqueio de faculdades de parte dos estudantes havia permitido aos universitários mobilizados reverter a apatia de seus companheiros. Este movimento foi sobretudo uma maneira de integrar à luta alguns trabalhadores que não podiam assumir perdas salariais, e inclusive às vezes uma maneira de pôr em marcha uma dinâmica grevista.<sup>28</sup>

A utilidade do bloqueio como ferramenta de luta no marco de uma luta generalizada está fora de discussão. No recente movimento, houve uma multidão de exemplos onde os bloqueios tiveram um papel importante para fazer avançar a luta: os bloqueios de vias, que detinham a circulação dos trens, eram muito bem recebidos nas assembleias ferroviárias; os bloqueios massivos de em torno de 600 assalariados do aeroporto e da zona logística Eurocentro em Toulouse; as iniciativas tomadas ao redor das empresas químicas em Lyon, o bloqueio da planta Peugeot Mulhouse ou dos depósitos da RATP de Pleyel em Seine Saint Denis acordado entre os ativistas da Interprofissional e do setor grevista, ações que buscavam a extensão da greve, dirigindo-se a outros trabalhadores; o lugar dos depósitos de combustível de Caen e Ouistreham controlado pelos trabalhadores do porto, de duvidoso impacto na falta de combustível, mas que levantavam a moral dos trabalhadores refinadores de Gonfreville, perto do porto de Havre etc. Também outras ações permitiram levantar a cabeça dos setores mais precarizados.

Mas a perspectiva do “bloqueio econômico”, impulsionada pelo SUD ou viciada em algumas semanas pelo próprio NPA, defendida independentemente de ganhar os trabalhadores para a greve e da perspectiva de greve geral, não somente pode levar a ações dispersas sem objetivo, que terminem desgastando e desmoralizando os ativistas – não por casualidade em muitos casos este tipo de ação foi

28 « *Et si le mouvement social était en train de rebondir ?* », Europe Solidaire Sans Frontières, 19/11/2010.



impulsionada ou permitida pelas direções sindicais com o objetivo de reconquistar a confiança de sua base que havia criticado suas greves sem continuidade em 2009, ao mesmo tempo ocupando os militantes e impedindo sua reflexão política<sup>29</sup> –, como também, o que é mais grave estrategicamente, pode criar a ilusão de que se pode substituir a ação centralizada da classe operária não somente para paralisar a economia, mas para colocar em xeque a propriedade capitalista. É que somente a classe operária e seus métodos podem conseguir uma verdadeira aliança de classes revolucionária contra a França das grandes fortunas e dos acionistas do CAC 40<sup>30</sup>. Somente o proletariado pode dirigir outros setores sociais que intervêm com seus próprios métodos, como é o caso dos secundaristas, ademais de outros setores como os imigrantes, aliança fundamental para colocar-se a derrota do governo. Por sua vez, os trabalhadores devem defender os interesses de todos os explorados, incluídos os pequenos camponeses, os pescadores, os pequenos artesãos e comerciantes, que são levados à miséria pela crise capitalista. Em conclusão, ainda que haja outros métodos de luta, que surgem inevitavelmente em toda luta mais ou menos generalizada, que abarca amplos setores sociais oprimidos, a chave é que somente a classe operária pode dirigir esses setores para um objetivo comum. Daí a importância de lutar pela perspectiva e preparação da greve geral.

## O CARÁTER REACIONÁRIO DA “UNIDADE SINDICAL” A QUALQUER PREÇO

Uma das características dos sindicatos franceses é sua divisão em confederações rivais desde o início da Guerra Fria. Isto é uma grande vantagem para a burguesia, já que as organizações sindicais passam mais tempo roubando membros e influência umas às outras que combatendo a patronal e seu Estado. Neste marco, uma das características centrais do movimento passado é a durabilidade da Intersindical. A magnitude da crise capitalista é uma das razões de fundo para esta novidade. Como dizem os capitalistas acima citados: “*Vimos emergir esta Intersindical durante o movimento contra o Contrato do Primeiro Emprego, mas foram sobretudo as manifestações contra a crise que deram sua legitimidade. É uma novidade na paisagem sindical francesa, atravessada pelas rivalidades entre organizações*”<sup>31</sup>. É que a ofensiva capitalista faz sentir na base a necessidade de lutar de forma unificada contra a burguesia e seu Estado, questão que pesa por sua vez sobre as confederações. A estas razões elementares, agregam-se, como corretamente diz a FLO, razões próprias aos aparatos sindicais:

Havendo acompanhado todos os retrocessos que conheceram os trabalhadores nestas últimas décadas, a posição dos sindicatos frente ao governo e à patronal se debilitou, estes últimos negando-se a compensar sua perda de influência através de vantagens insti-

29 É fundamental que os militantes revolucionários lutemos contra as tendências lutistas ou ativistas por fora da reflexão política da vanguarda, alentada na França pela tradição de luta nas ruas, ação direta e demais tradições nacionais.

30 Nome dado ao grupo das quarenta maiores empresas no mercado de ações francês. (N. T.)

31 Sophie Beroud e Karel Yon, «*Automne 2010 : anatomie d'un grand mouvement social*», *ContreTemps*, 26/11/2010.

tucionais outorgadas aos aparatos. O governo não busca nem sequer manter a ilusão das negociações. Por outra parte, um velho dirigente do CNPF (o antepassado do Medef), Yvon Gattaz, chegou inclusive a questionar a existência dos sindicatos: “Do ponto de vista social, os sindicatos foram necessários durante o século XIX; úteis e depois abusivos no século XX. Inúteis e daninhos no século XXI, devem desaparecer”, escreveu na Revista *Commentaire*.

Sem ir tão longe, nesta primeira batalha, o próprio fato de que os sindicatos, ou seja, os chamados “partenaires sociaux” não tenham sido levados em conta pelo governo na negociação da reforma das aposentadorias, e que apesar das mobilizações massivas que estes encabeçaram, exigindo na grande maioria delas a abertura de negociações, ao mesmo tempo em que apoiavam a necessidade de outra reforma, não lhes deixava outra opção. Como escreve um periodista de *Mediapart*: “Então não é exagerado dizer que: por causa de seu desprezo pelo diálogo social, da vontade de avançar que é a marca distintiva de sua contra-reforma das aposentadorias, Nicolas Sarkozy reabilitou à sua maneira a luta de classes”<sup>32</sup>. Esta nova unidade alcançada não quer dizer que se suspendesse a competição entre as confederações, mas cada uma tinha distintas razões para permanecer ali. Vejamos:

Dois grandes fatos explicam este fenômeno da Intersindical: a reforma da representatividade sindical que se mostra desde 2008, e a reorientação estratégica da CGT, iniciada nos anos 1990. Ao fazer da representatividade sindical um direito ascendente e evolutivo que se conquista a partir dos resultados obtidos nas eleições de fábrica, a reforma de 2008 tornou obsoleta a fronteira que opunha as cinco confederações que gozavam de uma representatividade “irrefutável” – CGT, CFDT, FO, CGC, CFDT – às demais organizações – UNSA, Solidaires, FSU. Em 2013, saber-se-á quais organizações são representativas no plano nacional interprofissional. Enquanto isso, já não há propostas para fechar ou abrir mais ou menos o jogo. Esta simplificação das condições de competição sindical já se manifesta no acesso de Solidaires às subvenções jurisdicionais ou certas instâncias de “diálogo social”, como os conselhos econômicos, sociais e ecológicos, nacionais e regionais. O morto tomava o vivo em 2009, e com estas razões anteriores, se fará possível integrar as organizações sindicais “não representativas” da Intersindical. Estas últimas – FSU, Solidaires, UNSA – tinham cuidado para não romper o marco unitário. Em 2010, assiste-se a uma reconfiguração: o bando já não se divide entre organizações representativas e não representativas, senão entre dominantes e dominados no jogo sindical. A mudança de lógica da representatividade está integrada e as organizações sindicais dominadas se dão mais liberdade, podendo tornar-se isto uma posição distintiva. Vê-se bem especialmente com a FO, cuja posição está desestabilizada pela reforma – que coloca fim à imagem das “três grandes confederações” – mas que tem os meios para manter uma posição autônoma. Solidaires também pode autorizar-se uma maior liberdade ao decidir firmar as declarações da Intersindical uma a uma.

Mas para que a Intersindical exista, também é necessário que as organizações sindicais dominantes no terreno assim o decidam. A CFDT, depois do episódio traumático de 2003, tinha um grande interesse em evitar atuar sozinha. Mas sem dúvida é a CGT a que leva adiante com maior voluntarismo este marco unitário. Inscreve-o, efetivamente, na

32 Laurent Mauduit, “Vive la sociale!”, *Mediapart*, 5/10/2010.

perspectiva estratégica do que seus dirigentes chamam de “sindicalismo unido” desde fins dos anos 1990. É a eleição de um marco unitário sem veto, mas cujo eixo privilegiado descansa na relação com seu principal rival, a CFDT. Esta estratégia parece dar seus frutos, com uma fragilidade intrínseca ligada evidentemente ao posicionamento da CFDT<sup>33</sup>.

Mas se esta unidade sindical alentou a princípio o desenvolvimento do movimento, ao basear-se sobre o mínimo denominador comum evitava dar um programa unificador ao conjunto da classe operária, com reivindicações claras sobre as aposentadorias como os 37 anos e meio de cotização ou a aposentadoria aos 60 anos com valor integral. Nem falar da negativa em incorporar outra série de reivindicações que teriam permitido entrar outros setores em greve, como o aumento de salários, a repartição do tempo de trabalho mantendo o mesmo salário, a luta contra todo tipo de precarização, reivindicações elementares que teriam permitido soldar a unidade operária com os setores mais pauperizados de nossa classe e que não se animavam a parar, apesar de apoiar vivamente o movimento. A necessidade de um programa mais amplo, que tomasse todas as ofensas e ataques que sofre nossa classe e a juventude popular por parte do governo, da patronal e de seu Estado, é o que ficou manifesto com a entrada explosiva dos secundaristas no movimento, dando à luta um caráter eminentemente político. Não obstante, apesar de haver-se visto obrigada a ir além do que queria em sua mobilização, organizando ações de pressão *in extremis*, a Intersindical sempre foi inimiga de ir a um enfrentamento aberto com o governo de Sarkozy e seu plano. Ninguém quis acabar com esse governo direitista e menos ainda seu regime podre da V República, da qual dependem, como bem expressou a CFDT, frente à eventual promulgação da lei: “Isto sugere, como diz a CFDT, que depois desta promulgação, a intersindical deverá reconhecer que estaremos numa outra configuração, já que não queremos ir a um questionamento da legitimidade parlamentar, nem a um enfrentamento com a presidência da República”<sup>34</sup>.

Não é uma casualidade que estas direções, em sua maioria, não exigissem a retirada das reformas. Este caráter que as direções oficiais imprimiram ao movimento não escapa aos jornais burgueses, que pintam claramente sua ação. Assim, um editorial de *Libération* as descrevia nestes termos:

Decididamente, algo mudou no mundo sindical. Oficialmente, estamos em uma prova de força. O governo anuncia concessões consideradas menores; os sindicatos chamam uma mobilização mais forte. Prevêem uma nova manifestação nacional, apoiada por uma greve de um dia. Mas, de fato, a negociação continua. Estranha negociação, sem discussões diretas nem contatos a céu aberto. Mas negociação enfim... Tudo ocorre como se Bernard Thibault e François Chérèque julgassem impossível uma derrota do governo no campo de batalha<sup>35</sup>.

Mas essa política de colaboração de classes dá um salto aberto quando o movimento se radicaliza e a Intersindical faz tudo a seu alcance para desmontar o movi-

33 Sophie Beroud e Karel Yon, *op. cit.*

34 *Informações rápidas* no. 51, boletim interno da CFDT de 22 de outubro de 2010.

35 Laurent Joffrin (director do jornal *Libération*), «Concessiones», *Libération*, 9/9/2010.

mento, alinhando-se nos fatos claramente atrás de Chérèque, para quem “aqueles que querem radicalizar o movimento, chamar a greve geral, querem voltar a entrar em uma ação política, de oposição global ao governo. Ora, a força deste movimento é que não é político senão social. Temos uma força tranquila, utilizemos esta força”<sup>36</sup>. Esta profissão de fé do líder da CFDT se tornaria realidade na semana mais aguda do Outono Francês, quando as greves renováveis se afirmavam e se multiplicavam os bloqueios, e o governo temia o risco da falta de combustível, com o comunicado da Intersindical de 21 de outubro que é uma verdadeira apunhalada pelas costas do movimento. Mas este ponto de inflexão na luta, esta verdadeira traição, que deixava mal localizada sobretudo a CGT, pressionada por seus setores mais duros, é sobretudo disfarçado pela Intersindical chamando novas jornadas de ação cada vez mais espaçadas, dizendo que a luta continuava quando na verdade jogavam água e mais água na pólvora e, sobretudo, faziam milhares de tentativas para levantar as greves renováveis, coisa que, apesar do rechaço geral, finalmente conseguiram.

Incrivelmente, nesse momento, organizações sindicais que se reivindicam combativas como a SUD, que durante as primeiras reuniões não assinava os comunicados, já que estes não se pronunciavam pela retirada da lei e pela greve geral, e que rechaçou no dia 21 de outubro o conteúdo do comunicado da vergonha, longe de romper com essa unidade sindical, que nesses momentos se transformava abertamente em antigreve, passaram pelo contrário a uma posição seguidista, que lhes permitiu cobrir pela esquerda a CGT, e que terminou com a assinatura dos comunicados escandalosos de 4 e 8 de novembro, que colocam um ponto final ao movimento.

A estes sindicalistas combativos é bom recordar as lições do Comitê Anglo-Russo, ou seja, da greve geral inglesa de 1926, traída pelos reformistas encobertos pela burocracia do Kremlin. É a aplicação oportunista da frente única ou a manutenção da unidade sindical a todo custo. Trotsky, explicando o processo, dizia:

Nas primeiras etapas da mobilização de massas, os reformistas vão para a esquerda, esperando assim poder reter a direção da mesma. Mas quando a mobilização ultrapassa os marcos da reforma e exige aos dirigentes que rompam totalmente com a burguesia, a maioria dos reformistas muda de cor. Os covardes companheiros de viagem das massas se transformam em fura-greves, inimigos, traidores descarados. Ao mesmo tempo, entretanto, alguns deles – e não necessariamente os melhores – passam para o bando da revolução. A aliança com os reformistas, no momento em que as circunstâncias os obriguem a dar um passo ou meio passo adiante, pode ser inevitável. Mas é necessário saber de antemão que os comunistas romperão implacavelmente com os reformistas, apenas estes deem um salto para trás. Os reformistas não são traidores porque sempre, e com cada um de seus atos, cumprem as ordens da burguesia. Se assim fosse, não teriam influência no movimento operário e, por conseguinte, a burguesia não precisaria deles<sup>37</sup>.

E em que consistiu a capitulação?

36 “Manifestações ‘massivas’” (Chérèque), comunicado de AFP publicado em *Le Figaro*, 23/09/2010.

37 Leon Trotsky, “*El ‘Tercer período’ de los errores de la Internacional Comunista*”, 8 de janeiro de 1930, em *Escritos 1929-1940*, disponível em [www.ceip.org.ar](http://www.ceip.org.ar)

O erro consistiu em não concertar um acordo circunstancial com o Conselho Geral que, com efeito, durante esse período se deslocou para a “esquerda” sob a pressão das massas. O primeiro erro foi constituir um bloco, não baseado em objetivos concretos e práticos, acessíveis à classe operária, senão em frases pacifistas gerais e enganosas fórmulas diplomáticas. O erro principal, que se converteu em um gigantesco crime histórico, foi que nossos estrategistas não foram capazes de romper imediata e abertamente com o Conselho Geral quando este voltou suas armas contra a greve geral, ou seja, quando o aliado circunstancial e pouco digno de confiança se transformou em um franco inimigo.<sup>38</sup>

Desta maneira, os dirigentes do SUD, no melhor dos casos, repetem as mesmas limitações de Monatte, não aquele Monatte dirigente do sindicalismo revolucionário de antes da Primeira Guerra Mundial, que mostrava seu caráter revolucionário<sup>39</sup>, senão o Monatte que a meados dos anos 1920 do século passado, quando começava a burocratização do PCUS, e fazendo tábula rasa da experiência da guerra, de acontecimentos extraordinários como a Revolução Russa, volta suas costas e retoma toda a sua hostilidade para com o partido revolucionário, confirmando-se em seus preconceitos anarco-sindicalistas. Se um desses grandes preconceitos é a autonomia sindical, o outro é a unidade sindical. Sobre este princípio, dizia Trotsky:

Não menos vazio é o outro princípio sagrado: a unidade. Em seu nome, Monatte até se opôs à ruptura do Comitê Anglo-Russo, ainda quando o Conselho Geral dos sindicatos britânicos havia traído a greve geral. O fato de que Stalin, Bukharin, Cachin, Monmousseau, e outros apoiaram o bloco com os fura-greves até que estes os deixassem de lado, não reduz em nada o erro de Monatte... Quando os grevistas encontram em seu caminho um grupo de fura-greves, tiram-nos do meio sem desperdiçar um só golpe. Se estes pertencem ao sindicato, os expulsam imediatamente, sem preocupar-se com o sagrado princípio da unidade sindical. Monatte seguramente não objeta isto. Mas a coisa é diferente se se trata da burocracia sindical e seus líderes. O Conselho Geral não se compõe de famélicos e atrasados fura-greves. São traidores bem nutridos e experientes, que em determinado momento se colocam à testa da greve geral para decapitá-la o mais rápida e seguramente possível. Atuavam de braços dados com o governo, os patrões e a igreja. Pareceria que os dirigentes dos sindicatos russos, que formavam um bloco político com o Conselho Geral, deveriam ter rompido com ele imediata, aberta e implacavelmente, à vista das massas, que este havia decepcionado e traído. Mas Monatte se levanta com fúria: é proibido perturbar a unidade sindical<sup>40</sup>.

Superar os limites do sindicalismo, ainda em suas variantes mais de esquerda, constitui um passo central para forjar um reagrupamento revolucionário da vanguarda à altura dos próximos e seguramente mais decisivos enfrentamentos de classe.

38 Idem.

39 “Monatte se considerava um anarco-sindicalista, mas apesar disso se encontrava mais próximo de mim do que os guesdistas franceses, que cumpriram um papel vergonhoso. Nesta época, os Cachin estavam se familiarizando com as entradas de serviço dos ministérios da Terceira República e das embaixadas aliadas. Em 1915, Monatte abandonou, batendo a porta, o comitê central da CGT. Seu afastamento da central sindical significou essencialmente uma divisão. Mas neste momento, Monatte acreditava – corretamente – que as tarefas históricas fundamentais do proletariado eram mais importantes que a unidade com os chovinistas e com os laiaos do imperialismo. Nisso Monatte era leal às melhores tradições do sindicalismo revolucionário”. Leon Trotsky, “Os erros de princípio do sindicalismo”, 21 de outubro de 1929, *Sobre os sindicatos*.

40 Idem.

## COMO SUPERAR A DIVISÃO SINDICAL NA BASE E IMPOR UMA VERDADEIRA UNIDADE DOS QUE LUTAM: A NECESSIDADE DE COMITÊS DE FÁBRICA

Frente à moderada unidade por cima, e a divisão real da base em distintos sindicatos – além de uma maioria de trabalhadores não sindicalizados –, a unidade dos que lutam é um problema estratégico da luta revolucionária na França. Como consegui-lo? Não há outra solução no programa revolucionário que não o “comitê de fábrica” (ou de empresa) em que todos os sindicatos se subordinem ao que se resolva majoritariamente em cada estabelecimento. É necessário criar a consciência de que o sindicato que divide as resoluções da base é traidor, e que a alternativa à burocracia vem de baixo para cima, que não há tática sindical salvadora por fora disto, sem negar a importância desta para acelerar o caminho à verdadeira greve geral e à auto-organização, como afirmamos mais acima.

A formação de comitês de fábrica, eleitos por estabelecimento e responsáveis frente a seus eleitores, e sua coordenação interempresas e com o resto dos setores mobilizados, (interprofissional ou o que for) com mandato, é a única forma de criar um duplo poder alternativo ao da burocracia sindical. Formalmente, esta coordenação existe quando há frente única entre os sindicatos, ainda que seja apenas para levar minimamente à prática as resoluções das intersindicais burocráticas; porém, mais importante ainda, quando se trata de ir além das lutas de pressão destes, somente uma nova política e uma nova moral, na qual os sindicatos em cada estabelecimento se subordinem ao resolvido pela base, pode começar a criar (como balanço e como perspectiva na etapa) um novo poder alternativo que discuta a política, as consignas, a estratégia e a tática, ou seja, tudo.

Já nomeamos como no atual movimento a Interprofissional de Le Havre foi o que houve de mais avançado, já que a mesma refletiu no momento de ascenso milhares de trabalhadores em greve, inclusive do setor privado, e seus boletins e decisões eram, em grande medida, seguidos pela cidade. Isso levou a que inclusive a CFDT formasse parte da mesma. Mas para não romper a “bendita” unidade sindical, este setor de ponta não pôde chamar um encontro nacional durante o auge do movimento, já que a CFDT se negava por considerá-lo uma política alternativista aos sindicatos. Este raciocínio não somente é antigreve como é contrário à realidade do movimento operário francês, no qual os sindicatos nos estabelecimentos são fraquíssimos e que assim nem sequer se pode garantir unificadamente “as resoluções justas que votam as intersindicais”. Mais em geral, assim como uma das novidades do movimento foi o desenvolvimento das Interprofissionais, que expressaram em concreto a ruptura com as visões corporativistas e de lutas isoladas de todos estes anos, sua debilidade esteve em que em muitos casos estas se basearam em uma minoria ativa de trabalhadores grevistas ou em setores significativos em greves renováveis como os ferroviários; a participação nas assembleias foi muito débil e menos frequente comparada com outros movimentos, o que consistiu em um obstáculo ao desenvolvimento de comitês de greve. A razão fundamental disso radica na política das direções

sindicais de não se chocarem abertamente com a pressão das bases nem com as ações dos setores mais radicalizados, o que não empurrou ao desenvolvimento de organismos de auto-organização.

Mas o problema do surgimento de verdadeiros organismos de auto-organização – mais agudo na França já que a divisão sindical torna mais difícil o seu desenvolvimento – não é somente francês, mas de todo o movimento operário mundial e ressurgem em cada etapa aguda da luta de classes. Recordemos inclusive que Trotsky sugeriu em 1935 comitês de ação da mesmíssima Frente Popular, como forma de superá-la e liquidá-la pela ação proletária unificada independente. E como concebia estes comitês de ação? Vejamos:

Não se trata de uma representação democrática de todas e sem distinção de quais massas, senão de uma representação revolucionária das massas em luta. O comitê de ação é o aparato da luta. É inútil tratar de supor antecipadamente que camadas de trabalhadores estarão ligadas à criação dos comitês de ação: as fronteiras das massas que lutam se determinarão na própria luta<sup>41</sup>.

Ao mesmo tempo, alertava que: *“O enorme perigo na França consiste em que a energia revolucionária das massas, desgastada pouco a pouco em explosões isoladas, como em Toulon, em Brest, em Limoges, deixe lugar à apatia”*, agregando que: *“Os comitês de ação, em seu estágio atual, têm por tarefa a unificação da luta defensiva das massas trabalhadoras na França, e também de dar a essas massas a consciência de sua própria força para a ofensiva futura”*<sup>42</sup>.

Falando dos partidos reformistas, como a SFIO ou o PC, que nesse momento tinham muito mais força no movimento operário, Trotsky sustentava que:

Nas eleições para os comitês de ação, cada partido tratará naturalmente de fazer triunfar seus partidários. Os comitês de ação tomarão suas resoluções por maioria de votos, com inteira liberdade de agrupação para os partidos e frações. Em relação aos partidos, os comitês de ação podem ser chamados de parlamentos revolucionários: os partidos não estão excluídos, pelo contrário, são considerados necessários; ao mesmo tempo, são controlados na ação, e as massas aprendem a liberar-se da influência dos partidos putrefatos<sup>43</sup>.

Este raciocínio não somente pode ser estendido, hoje em dia, às poucas e pequenas organizações reformistas que existem na França atual, como o PCF ou o PG, mas também às organizações de extrema esquerda, como também fundamentalmente aos sindicatos, que de fato são as principais organizações reformistas no movimento operário. Em conclusão, os comitês de fábrica, que como diz o Programa de Transição, nas épocas pacíficas só agrupam uma minoria (ou não existem, havendo competição em muitos lugares entre os distintos sindicatos), nos momentos agudos de luta de classes são a única forma de conseguir uma maioria ativa e militante,

41 Leon Trotsky, “Frente Popular e comitês de ação”, *Aonde vai a França?* (1936), 26 de novembro de 1935.

42 Idem.

43 Idem.



interconectar-se por bairro e por cidade e, em perspectiva, de assentar as bases (ou uma das bases) para o surgimento de conselhos operários. Não há forma nem sequer de avançar à greve geral sem estas instituições, muito menos dar uma alternativa revolucionária. Gravemo-lo em ouro:

Tarefas tais... como a preparação da greve geral<sup>44</sup> ficarão no papel se a própria massa não se empenha na luta, por meio de seus órgãos responsáveis. Somente esses comitês de ação surgidos da luta podem assegurar a verdadeira milícia, contando não já com milhares, mas com dezenas de milhares de combatentes. Ninguém senão os comitês de ação, abarcando os centros principais do país, poderá eleger o momento de passar a métodos mais decididos de luta, cuja direção lhes pertencerá de pleno direito.<sup>45</sup>

## **A ADAPTAÇÃO AO LEGALISMO E AO PACIFISMO DE ANOS DE DEMOCRACIA BURGUESA**

A exacerbação da luta de classes significa também a exacerbação dos métodos de resistência por parte do capital. Aí estão: a recente greve dos caminhoneiros na Grécia, onde o governo enviou o exército para acabar com a greve e fornecer combustível aos aeroportos, às centrais elétricas e a outras instalações; as requisições tanto dos petroleiros como dos recolhedores de lixo no Outono Francês; ou ultimamente a declaração do estado de alarme frente à greve selvagem dos controladores aéreos no Estado Espanhol, com os coronéis tomando o controle nas torres dos aeroportos civis e os trabalhadores incorrendo em delito de desobediência se se negam a trabalhar. E tudo isso sob a cobertura da democracia burguesa!

Frente a este salto na repressão, que não descarta a utilização de grupos de extrema direita ou identitários caso as ações operárias se radicalizem, a classe operária não pode se deixar pegar novamente desprevenida. É fundamental romper com as velhas ideias legalistas ligadas a tempos normais da luta de classes que se desenvolveram brutalmente na França e em toda a Europa depois do desvio, com métodos democrático-burgueses, do ascenso revolucionário aberto com o Maio francês, e mais abertamente com a ofensiva neoliberal (a época que temos denominado de “restauração burguesa”; ver “Nos limites da ‘Restauração burguesa’” nesta revista).

Este legalismo é inerente às cúpulas sindicais, como expressaram no comunicado de 21 de outubro, “guardando o respeito aos bens e às pessoas”, quando o Estado mandava a CRS para abrir os depósitos e refinarias em greve. No que tange ao terreno, como o assinala François Chesnais:

Esta orientação é a que o dirigente da CGT no grupo Total, Charles Foulard, aplicou desde o início da greve na refinaria mais próxima de Paris, a Grandpuits em Seine-et-

44 Idem. Trotsky obviamente fala aqui da criação da milícia operária, o armamento dos operários, questão que desenvolveremos mais adiante.

45 Idem.

-Marne. Enquanto esperava que sua intervenção fosse analisada cuidadosamente, todos se recordarão que no momento em que o Estado ordenou a requisição, **buscou manter o debate no terreno puramente jurídico. Quando os CRS forçaram a entrada, os jornalistas notaram que fez todo o possível para que a resistência dos piquetes não fosse demasiado forte.** Em Grandpuits, onde a direção da CGT manteve um grau de controle que se perdeu ao menos por um momento em outros lados, há um grau de enfrentamento muito diferente do de outros lugares, sobretudo o de Donges onde os choques foram violentos e uma forma de guerrilha ao redor da refinaria e dos depósitos se estendeu por vários dias. É Charles Foulard quem declarava em 29 de outubro de 2009, no momento em que a Total anunciava que não iria pagar nenhum dia de greve em nenhum lugar, que os sindicatos haviam *“ganhado a batalha das ideias, as argumentações dos sindicatos sobre a possibilidade de ter outra reforma, sobretudo no financiamento, tinham sido escutadas”*<sup>46</sup> [destaque nosso].

Contra este legalismo, que pode ser mortal frente aos novos combates que se aproximam, deveríamos recordar a necessidade da violência contra toda farsa legalista da burguesia contra os grevistas e lutadores. Para não falar das ideias diretamente imbecis de Philippe Corcuff, cuja “guerrilha social e cidadã” deve ser pacífica<sup>47</sup>. Como dizia Trotsky com relação à Terceira República, surgida depois da derrota da Comuna:

Toda a história da III República, após a Comuna, mostra que esta Comuna foi não somente o desarme físico do proletariado, mas seu desarme moral. A atmosfera mesma, a opinião pública burguesa que tem por tarefa infectar a mentalidade da classe proletária pela hipnose da legalidade. A legalidade é a cobertura da violência brutal da burguesia<sup>48</sup>.

Poderíamos repetir o mesmo com relação à V República que se consolidou e reafirmou após o desvio/derrota do processo aberto pelo Maio francês.

Frente às medidas abertamente repressivas que a burguesia não vai duvidar em preparar diante dos novos movimentos de luta e greve, devemos seguir ao pé da letra os conselhos do Programa de Transição:

**Os piquetes de greve são as células fundamentais do exército do proletariado. Deve-se começar por aí. (...) É necessário inscrever esta consigna no programa da ala revolucionária dos sindicatos.** Em todas as partes onde seja possível, começando pelas organizações de jovens, é necessário constituir na prática milícias de autodefesa, treinando-as no manejo

46 “Après la journée d’action du 28 octobre”, [www.labreche.ch](http://www.labreche.ch), 01/11/2010.

47 Ainda que esclareça: “a constituição de um movimento pacífico preservando a integridade das pessoas não implica em privar-se de ações simbólicas contra os bens (de tipo desmontagens de McDonald’s ou por que não de bancos, derrubar OGM, etc.)” (duplo sic). “Uma orientação pacífica de uma guerrilha social e cidadã duradoura expressaria então estratégica e taticamente ao menos três dimensões: 1) o relacionado com a segurança pública, constituindo ainda um ponto forte de legitimidade do poder sarkozysta, é necessário esforçar-se por lhe tirar legitimidade e não lhe dar mais legitimidade; 2) a violência, no Estado, constitui um fator divisor no movimento, capaz de distanciar certos setores mais que de ampliar sua base; e 3) contrariamente à mercantilização capitalista dos humanos, é necessário mostrar em nossas próprias ações que estabelecemos uma distinção imperativa entre os objetos e as pessoas”. Sem comentários. Philippe Corcuff, «Pour une guérilla sociale durable et pacifique», [www.npa2009.org](http://www.npa2009.org), 14/10/2010.

48 “Discours”, Discurso pronunciado na sessão de 2 de março de 1922 do Executivo da Internacional Comunista.

das armas. A nova onda do movimento de massas deve servir não somente para aumentar o número dessas milícias, mas também para unificá-las por bairros, cidades e regiões. Deve-se dar uma expressão organizada ao legítimo ódio dos operários contra os fura-greves, os bandos de gângsteres e fascistas. Deve-se lançar a consigna da milícia operária como única garantia séria para a inviolabilidade das organizações, reuniões e imprensa operárias. **Apenas graças a um trabalho sistemático, constante, incansável, valente na agitação e na propaganda, sempre em relação com a experiência das próprias massas, que se pode extirpar de sua consciência as tradições de docilidade e passividade:** educar destacamentos heroicos de combatentes capazes de dar o exemplo a todos os trabalhadores; infligir uma série de derrotas táticas aos bandos da contra-revolução; aumentar a confiança própria dos explorados e dos oprimidos; desacreditar o fascismo aos olhos da pequena burguesia e abrir o caminho da conquista do poder pelo proletariado<sup>49</sup>. [grifo nosso]

Digamos também que a “milícia, enquanto órgão sólido da vanguarda, é o meio mais seguro contra as aventuras, contra o terrorismo individual, contra as sangrentas explosões espontâneas”. Toda essa última parte é fundamental para canalizar revolucionariamente a indignação acumulada dos secundaristas e jovens das *banlieues* [periferias, com grande quantidade de imigrantes – N.T.], cujo ódio ao conjunto das instituições do Estado tende a dar origem a motins urbanos, como já vimos, isolados do resto dos setores da sociedade em 2005, e como um componente da mobilização no atual movimento.

## A REABERTURA DA DISCUSSÃO SOBRE O PROBLEMA DO PODER AO CALOR DO OUTONO FRANCÊS

O Outono Francês reabriu, pela sua importância, o debate estratégico no NPA sobre o papel da greve geral e o problema do poder, questões que no caso deste partido estão ausentes de seus princípios fundadores. O Coletivo por uma Tendência Revolucionária (Plataforma 4) é a única plataforma que critica este aspecto fundamental, exigindo que o próximo congresso partidário defina esta questão chave, sem a qual a “transformação revolucionária da sociedade” é somente uma frase bonita sem conteúdo.

Assim, Samy Joshua, colocando-se contra a “hipótese estratégica” da greve geral, defende que:

... É verdade que muitos camaradas se inclinam por esta opção e a tomam como uma única questão de aplicação: sabendo que a greve geral é nossa hipótese estratégica – não para ganhar lutas, aqui todo o mundo pode convir, sob a forma do movimento de conjunto pelo menos, mas para a tomada do poder –, como chegar a ela? Pois bem, não existe um só exemplo de revolução triunfante (nem um só, nem sequer um único) que tenha este modelo. Nem a Comuna, nem tampouco a Revolução de Outubro, nem os movimentos de coletivização em Catalunha dos anos 1930. E não falo mais que da Europa... Quando

<sup>49</sup>Leon Trotsky. “O Programa de Transição”. *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo, Edições Iskra, 2008.

a greve geral se convoca, sempre é como um elemento de um conjunto, e não sempre o principal (nenhum chamado à greve geral em Outubro de 1917)<sup>50</sup>.

Para ele, isso é uma prova da debilidade desta hipótese estratégica. E mais adiante agrega:

A resposta mais conhecida a este problema é a existência não somente de lutas auto-organizadas, mas também de um duplo poder, como os soviets em 1917, que pode então postular-se para ser “o garantidor” (ou ao menos que os partidos podem defender como tais). Mas isto é raro, e além disso na França as experiências de auto-organização duradouras são excepcionais no século passado<sup>51</sup>.

Nestas frases, concentra-se toda a desorientação estratégica da atual maioria do NPA. Que é uma greve geral, não no sentido de uma manifestação grevística de protesto senão uma greve política revolucionária no verdadeiro sentido do termo? Trotsky em *Aonde vai a França?*, livro que recomendamos a todos os militantes e ativistas dos recentes combates, dizia:

A importância fundamental da greve geral, independentemente dos êxitos parciais que pode conquistar (mas que também pode não conquistar), radica no fato de que coloca a questão do poder de um modo revolucionário. Paralisando as fábricas, os transportes, todos os meios de comunicação em geral, as centrais elétricas, etc, o proletariado paralisa assim não só a produção, mas também o governo. O poder do Estado fica suspenso no ar. Deve ser domar o proletariado mediante a fome e a força obrigando-o a colocar de novo em movimento a maquinaria estatal burguesa ou retroceder diante do proletariado. Quaisquer que sejam as consignas e o motivo pelos quais haja surgido a greve geral, se esta abarca realmente as massas e se essas massas estão decididas a lutar, a greve geral coloca inevitavelmente diante de todas as classes da nação a pergunta: quem será o dono da casa? Os chefes do proletariado devem compreender esta lógica interna da greve geral; do contrário, não são chefes senão diletantes e aventureiros. Politicamente, isto significa que os chefes estão obrigados a colocar ao proletariado o problema da conquista revolucionária do poder. Caso contrário, não devem se aventurar a falar da greve geral. Mas renunciando à greve geral, renunciam por isso mesmo a toda luta revolucionária, ou seja, abandonam o proletariado ao fascismo<sup>52</sup>.

Como vemos, a importância da greve geral é que coloca a questão do poder, mas não quer dizer que a resolve. E, então diria Joshua, frente à tomada do poder, como concretizá-la? O problema do poder só pode se resolver mediante a preparação da insurreição. Por isso, Trotsky em outros escritos define a greve geral como prólogo da insurreição armada:

...uma manifestação grevística de protesto não é ainda uma greve política revolucionária no verdadeiro sentido do termo: é só um ensaio para a preparação da mesma. A greve

50 Samy Joshua, «Que le débat commence !», em [www.npa13.org](http://www.npa13.org), 05/11/2010.

51 Idem.

52 Leon Trotsky, “Uma vez mais, aonde vai a França?”, final de março de 1935, *op. cit.*

política revolucionária propriamente dita constitui, por assim dizer, o último ato da luta do proletariado pelo poder. A greve geral, ao paralisar o Estado capitalista em suas funções, coloca a pergunta: Quem manda na casa? Esta questão só se resolve mediante o emprego da força armada. Por isso, uma greve revolucionária que não conduz à insurreição armada culmina inevitavelmente com a derrota do proletariado. Se algum sentido têm as frases de Molotov sobre as greves políticas revolucionárias e “formas mais elevadas de luta”, é o seguinte: em todo o mundo e de forma simultânea ou quase simultânea, a situação revolucionária alcançou tal grau de maturidade que os partidos comunistas do Oriente, do Ocidente, do Sul e do Norte têm colocada **a tarefa da greve geral, prólogo imediato à insurreição armada**<sup>53</sup> [grifo nosso].

Em outras palavras, jamais a greve geral resolve o problema do poder. Esta se não culmina na insurreição armada culmina na derrota. Samy Joshua parece em certa medida voltar honestamente à objeção que Trotsky apresentava ao velho e renegado Kautsky, preso de uma concepção anarco-reformista da greve geral. Polemizando duramente contra este, dizia:

Como se vê, foi necessária a guerra e toda uma série de revoluções para poder chacoalhar a caixa craniana de alguns teóricos e averiguar o que ocorria com ela. Agora já o sabemos: Kautsky não acreditava que se pudesse afastar do poder, pela persuasão, os Romanov ou os Hohenzollern; porém imaginava muito seriamente que uma monarquia militar podia ser derrubada por uma greve geral; isto é, por uma manifestação pacífica de braços cruzados. Apesar da experiência russa de 1905 e da discussão mundial que sobreveio, Kautsky, como se percebe, havia conservado seu ponto de vista anarco-reformista sobre a greve geral. Poderíamos recordar-lhe que seu próprio jornal, o *Neue Zeit*, demonstrava há uma dezena de anos que a greve geral não é mais que a mobilização do proletariado oposta às forças inimigas do governo, e que não pode resolver nada por si mesma, porque esgota as forças do proletariado antes que as de seu adversário, obrigando aquele a retornar ao trabalho. A greve geral não pode ter influência decisiva senão quando é o prelúdio de um conflito entre o proletariado e a força armada do inimigo; ou seja, quando é o prelúdio da insurreição. O proletariado não pode resolver o problema do poder, problema fundamental de toda revolução, senão quebrando a vontade do exército que se opõe. A greve geral leva consigo a mobilização de ambas as partes, e permite uma primeira apreciação séria das forças de resistência da contra-revolução; mas só os desenvolvimentos posteriores da luta determinam o preço de sangue que custará ao proletariado a conquista do poder. Que tenha que pagar com sangue; que, em sua luta para tomar o poder e conservá-lo, o proletariado deve saber morrer e matar, nenhum verdadeiro revolucionário nunca o colocou em dúvida. Declarar que a aspereza da luta entre o proletariado e a burguesia – luta à morte – “destrói a evolução”, prova unicamente que as cabeças de alguns ideólogos respeitadas são câmaras escuras – *camera obscura* – onde as imagens aparecem invertidas.<sup>54</sup>

Contudo, para justificar sua falta de toda estratégia para resolver o problema do poder de forma revolucionária, Joshua dá um passo a mais afirmando que as

53 Leon Trotsky, “El ‘Tercer período’ de los errores de la Internacional Comunista”, 8 de janeiro de 1930, *op. cit.*

54 Leon Trotsky, *Terrorismo e comunismo* (1920). Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.

experiências de auto-organização são excepcionais no último século e, por consequência, a possibilidade que surja um contrapoder, ou seja, um órgão da insurreição e do futuro poder, que seja o desenlace da greve geral, é quase nula. Começamos dizendo que, diferentemente de Joshua, Lênin via uma relação entre os soviets e a greve geral, definindo os primeiros como “órgãos da luta direta de massas. **Surgiram como órgãos da luta grevística. Sob a pressão da necessidade, se converteram muito prontamente em órgãos da luta geral revolucionária contra o governo**” [grifo nosso]<sup>55</sup>. Mas ao mesmo tempo digamos que diferentemente de Joshua, que vê tão difícil e tão excepcional da Rússia de 1917 o surgimento dos órgãos de auto-organização, Trotsky – sem fazer nenhum fetichismo das formas soviéticas – via isto como uma tendência de toda luta revolucionária. Assim, tomando o ocorrido na Alemanha de 1923, Trotsky verificava que, apesar da existência de uma situação propícia, não haviam surgido soviets pela falência das direções do movimento operário, porém “graças à pressão da base, **os comitês de base ocuparam por si mesmos no movimento operário alemão, durante o outono de 1923, o lugar que teriam os soviets**” [grifo nosso]<sup>56</sup>. E neste mesmo trabalho chegava a imaginar que em nada menos que na Inglaterra, “os sindicatos ingleses podem ser uma poderosa alavanca da revolução proletária; inclusive, **em certas condições e por certo período, podem dar origem aos soviets operários**” [grifo nosso]<sup>57</sup>, coisa que não se deu neste país, mas sim na Bolívia em 1952 ou na Polônia em 1981. Também antes nomeamos como ele sugeria que estas formas de auto-organização podiam surgir até dos comitês da Frente Popular, na própria França! Como vemos, para Trotsky as vias que podem tomar a auto-organização tinham “muitíssimas” formas.

A que se deve então que as formas de auto-organização tenham sido excepcionais no último século como afirma Joshua? Joshua não se preocupa em responder esta questão. É só um fato, uma prova a mais de que realmente não lhe interessa a luta pela ditadura do proletariado. Pelo contrário, esta suposta “excepcionalidade” não é um resultado direto da luta de classes – na qual o surgimento de organizações amplas de combate das massas é uma tendência natural de todo processo revolucionário como o provaram centenas de revoluções operárias heroicas, derrotadas, desviadas ou que em suma deram lugar a estados operários monstruosamente deformados – senão da oposição a sangue e fogo das direções contra-revolucionárias, fundamentalmente o stalinismo e a social-democracia, a toda tendência à auto-organização das massas, ou seja, soviética. É que a burguesia e seus agentes no interior do movimento operário tiraram suas lições contra-revolucionárias da Revolução Russa e liquidaram as revoluções do primeiro pós-guerra, nas quais surgiram os conselhos operários em toda parte, isolando a URSS. Atuando às vezes diretamente como quinta coluna, como foi o caso do stalinismo no Maio catalão de 1937, desarmando as milícias e liquidando o melhor da vanguarda espanhola. Se isto foi assim no período de entre-guerras, logo após a Segunda Guerra Mundial, na qual o stalinismo saiu fortalecido

55 V. I. Lênin, *Obras Completas*, Tomo XI, Buenos Aires, Editoria Cartago, p. 118.

56 Leon Trotsky, *Stalin: el gran organizador de derrotas*, Buenos Aires, Editoria Olimpo, 1965.

57 Idem.

da guerra e se transformou em colaborador para a manutenção da ordem mundial de Yalta, este estendeu a “experiência espanhola” transformando-se no maior inimigo mortal de toda tendência à auto-organização. É necessário recordar para nomear só alguns casos, os processos de embriões soviéticos nos estados operários esmagados pelo stalinismo, na Alemanha de 1953, Hungria de 1956, Tchecoslováquia de 1968, Polônia de 1980-1982; ou o papel cumprido pelo PC chileno boicotando os poderosos cordões industriais em 1973, para ver que esta suposta exceção surge do papel contra-revolucionário desempenhado pelos grandes aparatos do movimento operário, e que esta foi a verdadeira norma e não a ausência de tendências à auto-organização. E então, é justificável a nula imaginação estratégica de Joshua acerca das formas que poderia adquirir a auto-organização, em uma etapa histórica em que o aparato stalinista mundial desapareceu e a social-democracia em seu salto para o social-liberalismo se debilitou qualitativamente como mediação frente ao movimento operário, questão totalmente palpável na França? Não é quase uma certeza que, no caso de haver um processo revolucionário profundo neste país, a burguesia possivelmente não tenha agentes tão importantes para desviar e desmoralizar as massas como foi a constante no século XX durante as convulsões revolucionárias de 1936, de 1945 ou no Maio francês de 1968? Como dizia Trotsky, uma das grandes diferenças entre a Revolução Russa e a Francesa de 1936, foi a maior fortaleza dos Kerensky franceses, além da ausência de um partido revolucionário como o bolchevique. Mas isso “escapa à memória” de Joshua (e da atual maioria do NPA) porque sua verdadeira “hipótese estratégica” está em outro lado. É que como dissemos em “Que partido para qual estratégia?”

(...) no “debate estratégico” aberto na LCR, todas as tendências e opiniões em pugna compartilham um denominador comum: a vigência da “hipótese da greve geral insurrecional” está fechada, ou seja, que chegou a seu fim a “era da Revolução de Outubro”. Ao tempo que, a “guerra popular prolongada”, encarnada por organizações ultra-esquerdistas como a Fração do Exército Vermelho na Alemanha ou as Brigadas Vermelhas na Itália, demonstrou ser impotente nos países capitalistas avançados. Se antes a LCR oscilava entre duas “hipóteses” de revolução armada – uma insurrecional e outra guerrilheira – acreditamos que agora, ao considerá-las perecidas, está resolvendo este “dilema” deslizando-se para uma estratégia eleitoral e parlamentar, na qual desapareceu a perspectiva não só da catástrofe econômica e social nos países centrais, mas também da irrupção violenta do proletariado e das classes subalternas. Só assim se explica a “ilusão” na democracia burguesa, apesar de não contar sequer com um modesto bloco parlamentar, diferentemente por exemplo da social-democracia alemã que eleição após eleição aumentava sua representação no parlamento, o que reforçava sua estratégia reformista. A direção da LCR considera imprevisíveis as formas de emergência e as características do duplo poder (a hipótese estratégica), entretanto, a única coisa que lhe parece certa e esperável é que as instituições do regime democrático burguês desempenhem um papel central na emergência desse duplo poder<sup>58</sup>.

58 Claudia Cinatti, “Que partido para qual estratégia? Uma polémica sobre as frentes ‘antineoliberais’ e os ‘partidos amplos anticapitalistas’”, em *Estratégia Internacional Brasil* no.3, maio de 2008 (EI Nº 24, dezembro de 2007/ janeiro de 2008).



A luta pela “democracia até o final”, um “duplo poder” cidadão, surgido das instituições da democracia burguesa, só pode criar um partido para ocupar um espaço eleitoral reformista de esquerda, em cujos cálculos não entra a luta de classes; por isso não é casualidade que o NPA tenha chegado mal preparado ao recente combate.

## É NECESSÁRIO QUE A NOVA GERAÇÃO DE OPERÁRIOS E JOVENS COMBATIVOS SE ORGANIZE EM UM PARTIDO PROLETÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Uma vez mais, e agora muitíssimo mais, a classe operária francesa deu mostras de sua determinação, criatividade e vontade para a luta. Não foi isto o que faltou para vencer, senão que o principal responsável da derrota reivindicativa foi o papel da camarilha sindical ligada ao regime. Lamentavelmente, os partidos de extrema esquerda chegaram mal preparados à situação. A ausência de um verdadeiro partido proletário revolucionário é a grande vantagem da burguesia no período que se abre: um novo ciclo da luta de classes, os prolegômenos de uma situação pré-revolucionária (ou uma situação transitória para esta), onde os de cima, obrigados pela magnitude da crise, não podem seguir governando como antes e os de baixo, frente ao ataque em toda a linha a todas suas conquistas, começam a dizer basta, timidamente, tateando, sem consciência de onde ir, mas basta afinal. Tirar as lições a sangue e fogo do que passou é a primeira condição para dar os primeiros passos para construí-lo.

Lamentavelmente, as direções da extrema esquerda não aproveitaram a escola de guerra do período anterior para formar quadros revolucionários. Durante o passado ciclo de lutas, que foi de 1995 ao começo da crise, o papel das mesmas não só não esteve à altura dos combates dados pelos trabalhadores e demais setores populares, senão que desgraçadamente não contribuíram para fechar a brecha entre a persistente combatividade das frações mais avançadas da classe operária e a falta de confiança estratégica em seus objetivos de luta e mais ainda em seus objetivos históricos. Sua incapacidade para fazer amadurecer uma camada de operários e estudantes revolucionários que se preparassem para cumprir um papel central nos combates por vir, longe de levá-los a uma crítica de sua ação em um sentido revolucionário, os empurrou pelo contrário a uma enorme revisão dos objetivos ou “hipóteses estratégicas” em que estas correntes se baseavam, aprofundando não só sua decadência teórica, política e programática e sua “miséria estratégica”, mas também sua submissão a uma prática capituladora de ocupação de espaços sindicais e eleitorais dentro do regime democrático burguês, quando não abertamente a um abandono do proletariado ou ao trabalho sobre este como um lugar a mais dos múltiplos atores capazes de uma “transformação revolucionária da sociedade”. Este tem sido o caminho do NPA, o que “o retorno da classe operária” não tem feito mais do que pôr a nu, questão que hoje em dia devem reconhecer todas suas plataformas<sup>59</sup>. É fundamental revisar o programa, a estratégia e o tipo de partido a construir. As lições que desenvolvemos nestas páginas indicam

59 O mesmo Samy Joshua, dirigente da Plataforma 1 e atual maioria, diz que: “no que concerne ao NPA, já teríamos que perguntar pelas razões que têm levado a que saiam do partido militantes de empresas industriais”. Samy Joshua, cit.

em que sentido o fazemos, como parte da Plataforma 4 para o próximo Congresso do NPA, impulsionada pelo Coletivo por uma Tendência Revolucionária.

Algumas correntes do NPA, as mais direitistas, como os membros da Plataforma 3, argumentam que já é tarde, e que frente ao desenvolvimento dos acontecimentos somos muito pequenos e que por consequência não só devemos construir um partido anticapitalista amplo, mas também dar um passo lógico a mais e nos fundirmos com os novos reformistas do PG<sup>60</sup>. Porém, seu desespero oportunista não é bom conselheiro. Vejamos o que Trotsky escrevia em uma situação ainda mais aguda e mais dramática, como a da França no final de 1935, após uma derrota histórica do proletariado mais forte da Europa como foi o triunfo de Hitler em 1933 na Alemanha. Ali dizia:

Repetimos que entre o fascismo e nós há uma corrida de velocidades, mas temos que analisar o conteúdo desta fórmula desde um ponto de vista revolucionário. Sabemos dar às massas a armadura revolucionária antes que o fascismo as esmague? Seria absurdo acreditar que teríamos tempo suficiente para criar um partido onipotente que poderia eliminar todas as demais organizações antes dos conflitos decisivos com o fascismo ou antes do desencadeamento da guerra. Mas é totalmente possível em um prazo breve – os acontecimentos ajudam – ganhar as amplas massas não para nosso programa, não para a IV Internacional, mas para estes comitês de ação. Porém, uma vez criados, estes comitês de ação seriam um magnífico trampolim para um partido revolucionário. Em um comitê de ação, Pivert<sup>61</sup> por exemplo, estaria forçado a ter uma linguagem totalmente diferente aos balbucios da *Gauche révolutionnaire*. A autoridade e a influência de elementos valentes, decididos e lúcidos seriam decuplicadas em seguida. Não se trata aqui de uma questão a mais. Trata-se de uma questão de vida ou morte<sup>62</sup>.

Repetimos contra os Samy Joshua, ou os oportunistas declarados da Plataforma 3, que é na construção destes organismos representativos das massas em luta onde reside, para Trotsky nos 1930 como para nós nos próximos combates, a chave da situação e a possibilidade de dar um passo decisivo na conquista das massas. Por isso temos que seguir um caminho oposto pelo vértice ao que propõe a Plataforma 3, abandonando todo atalho oportunista, e nos encaminharmos verdadeiramente para um partido proletário revolucionário que tenha como objetivo a tomada do poder, mediante a insurreição das massas auto-organizadas dirigidas por um estado maior revolucionário. A necessidade de avançar na construção deste partido não é só uma tarefa dos melhores elementos agrupados nas organizações da extrema esquerda, mas também dos melhores ativistas que hoje militam nas distintas variantes do sindicalismo combativo. Estes preferem a atividade sindical frente aos traços oportunistas que veem nas organizações de extrema esquerda. Repete-se como farsa as relações entre os dirigentes oportunistas que nesse momento estavam no PCF e os sindicalistas revolucionários fora do partido. Recordemos esta famosa anedota que contava Trotsky sobre os preconceitos antipartido dos segundos:

60 Trata-se do Partido de Esquerda, ou *Parti de Gauche* em francês. (N. T.)

61 O Melenchon da época? Todas as comparações são ruins, mas ao menos dão umas pistas.

62 Carta de Trotsky a Jean Rous, novembro de 1935, em “Trotsky e a Frente Popular”, *La oposición de izquierda en Francia*, boletim do CEIP Leon Trotsky no. 12, [www.ceip.org.ar](http://www.ceip.org.ar)

Quando o Partido Socialista da França se converteu em Partido Comunista, tive a oportunidade de discutir frequentemente com Lênin a onerosa herança que havia recebido a Internacional com líderes como Cachin, Frossard e outros heróis da Liga pelos Direitos do Homem, de franco-maçons, parlamentares, arrivistas e charlatões. Esta é uma dessas conversas que, se não me equívoco, já publiquei na imprensa. Seria bom – me dizia Lênin – distanciar do partido todos estes titubeantes e meter nele os sindicalistas revolucionários, os militantes operários, as pessoas realmente devotas da causa da classe operária. E Monatte? – é óbvio que Monatte seria dez vezes melhor que Cachin e que os outros como ele – lhe interpelei. Mas Monatte não só segue rechaçando o parlamentarismo, como até hoje não alcançou a compreensão da importância do partido. Lênin estava assombrado: - Impossível! Não chegou a compreender a importância do partido depois da Revolução de Outubro? Esse é um sintoma alarmante<sup>63</sup>.

Os sindicalistas combativos de hoje adaptados a anos de democracia burguesa ainda não deram dirigentes do nível de Monatte ou Rosmer, mas reproduzem muitos dos preconceitos dos primeiros contra a necessidade de construir um verdadeiro partido revolucionário. É bom recordar a insuficiência dos meios sindicais para derrotar a dominação da burguesia. Como dizia Trotsky:

A burguesia, representada por seu Estado, apoia-se no Exército. Só a insurreição armada, pondo o proletariado frente a frente com o Exército, desfere contra os elementos contra-revolucionários golpes mortais e ganha para sua causa a melhor parte deste exército: só a insurreição armada do proletariado é capaz de torná-lo o senhor da situação no país. Mas para o exército da insurreição faz falta uma preparação enérgica e encarniçada: preparação de organização, preparação técnica. Temos que denunciar a todo momento os crimes e as vilanias da burguesia em todos os domínios da vida social: política internacional, atrocidades coloniais, despotismo interno da oligarquia capitalista, baixezas da imprensa burguesa; eis aqui os materiais de uma ação verdadeiramente revolucionária da qual temos que tirar todas as consequências revolucionárias. Pois bem, esses temas superam o marco das organizações sindicais e de seu papel. Paralelamente a esta preparação, teremos que proceder à criação de pontos de apoio organizativos para a insurreição do proletariado. Em cada sindicato local, em cada fábrica, em cada oficina deve haver um grupo de operários ligados por uma ideia comum e capazes no momento decisivo, por sua decisão unânime, de arrastar as massas com eles, mostrar-lhes o caminho correto, preservá-las dos erros e assegurar-lhes a vitória<sup>64</sup>.

O movimento do Outono Francês é um alerta frente ao conservadorismo da extrema esquerda e ao ativismo sem estratégia do sindicalismo combativo, características que em muitos casos ambos compartilham. Inclusive muitos militantes que atuam em ambos os terrenos dissociam sua prática como se fossem compartimentos estanques. Devemos levantar um programa, uma estratégia e um partido à altura da guerra que nos declarou o capital.

29 de dezembro de 2010

63 Leon Trotsky, “Los errores de principio del sindicalismo”, *op. cit.*

64 Leon Trotsky, “Carta a um sindicalista francês”, 31/7/1920. Dirigida a Monatte, nesse momento detido na prisão de La Santé.